



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS**

**BRASIL ILUSTRADO: REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA EM CHARGES SOBRE
FAKE NEWS NA PANDEMIA DE COVID-19 (2019-2021)**

LEON NASCIMENTO GOMES

**GUARAPUAVA
2023**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
LINHA DE PESQUISA - TEXTO, MEMÓRIA E CULTURA**

**BRASIL ILUSTRADO: REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA EM CHARGES SOBRE
FAKE NEWS NA PANDEMIA DE COVID-19 (2019-2021)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Letras, Curso De Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Interfaces entre Língua e Literatura da UNICENTRO.

Linha de pesquisa: Texto, Memória e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira

**GUARAPUAVA
2023**

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

G633b Gomes, Leon Nascimento
Brasil ilustrado : representação e memória em charges sobre fake news na pandemia de Covid-19 (2019-2021) / Leon Nascimento Gomes. -- Guarapuava, 2023.
vii, 80 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de Concentração: Interfaces entre Língua e Literatura, 2023.

Orientadora: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira
Banca examinadora: Maria Cleci Venturini, Hertz Wendell de Camargo

Bibliografia

1. Brasil. 2. Charge. 3. Covid-19. 4. Fake News. 5. Memória. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDD 808



TERMO DE APROVAÇÃO

LEON NASCIMENTO GOMES

**BRASIL ILUSTRADO: REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA EM CHARGES SOBRE
FAKE NEWS NA PANDEMIA DE COVID-19 (2019-2021)**

Dissertação aprovada em 27/07/2023 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-graduação em Letras, área de concentração Interfaces entre Língua e Literatura, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, pela seguinte banca examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira (UNICENTRO) -
Presidente/Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) Hertz Wendell de Camargo (UFPR) - Membro Titular

Prof.(a) Dr.(a) Maria Cleci Venturini (UNICENTRO) - Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia concluir uma etapa tão importante da minha vida sem antes mencionar algumas pessoas que fizeram parte desta trajetória durante esses sete anos em que estive na Unicentro, lugar que foi minha segunda casa durante este período e a qual eu tive a honra de ser acadêmico e participado dos três pilares (ensino, pesquisa e extensão) de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em primeiro lugar, meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, professora Nírcia, que me acompanhou desde a minha primeira pesquisa de iniciação científica, no segundo ano de minha graduação em Jornalismo, até o presente Mestrado, fazendo parte de toda a minha trajetória acadêmica e também de diversas conquistas pessoais. Se eu tive um caminho leve durante esta jornada, foi porque tive uma orientadora que tornou isso tudo possível. Obrigado por compartilhar seus conhecimentos comigo, foi um prazer ser seu orientando!

Agradeço também à professora Maria Cleci, coordenadora do PPGL e quem eu tive o prazer de conhecer durante a Pós-Graduação. Admirava muito as suas aulas nas disciplinas e gostava muito de nossas conversas no período em que estive como bolsista na Diretoria de Extensão. Meus mais sinceros agradecimentos!

Ao professor Hertz Wendell de Camargo, membro externo da composição desta banca, que conheci através da minha orientadora e que contribuiu de maneira significativa na construção desta dissertação, mesmo com os poucos contatos que tivemos de forma remota. Espero um dia conhecê-lo pessoalmente!

Aos colegas do Laboratório de Estudos Culturais, Identidades e Representações - LABECIR, também deixo o meu muito obrigado e o desejo de sucesso e realizações para todos vocês. Espero que nos encontremos de novo num futuro próximo!

Um agradecimento especial também às professoras Layse Nascimento, Éverly Pegoraro e Renata Caleffi, grandes pessoas e profissionais que eu conheci na graduação e também contribuíram para o meu interesse na pesquisa científica, e os demais professores que eu tive o prazer de receber os conhecimentos do departamento de Comunicação Social da Unicentro.

Por fim, agradeço aos meus amigos e aos meus pais, Cerize e Carlos, também professores na vida profissional e mestres na minha vida pessoal, que nunca mediram esforços em me proporcionar o melhor que o conhecimento pode oferecer, além também de sua importância.

Agradeço imensamente a todos vocês!

Leon

*“As imagens constituem “aberturas”, graças a elas,
as diversas histórias podem se comunicar. “*

Mircea Eliade

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a analisar representações impressas em oito charges selecionadas do jornal *Folha de S. Paulo*, privilegiando-se o enfoque sobre o fenômeno das *fake news* e sua relação com temas como mídia, cultura, ciência e política durante a pandemia da Covid-19, no período entre 2019-2021, propondo possibilidades de observação da pandemia pelo olhar da imprensa. O que se pretende é contribuir para o empreendimento de organização da memória do Brasil a partir da análise de charges sobre o tema das *fake news*, alargando os horizontes dessa problemática. O referencial teórico reúne autores que dissertam sobre estudos culturais, jornalismo, memória, charge, representação, mídia e pós-verdade, relacionando essas teorias aos estudos sobre a construção de *fake news*, considerando-se sua intervenção sobre os hábitos e os costumes da sociedade, juntamente com a necessidade de uma leitura crítica sobre o tema e o modo como ele é abordado nas charges presentes nas edições selecionadas.

Palavras-Chave: Brasil; Charge; Covid-19; Fake News; Memória

ABSTRACT

The present research proposes to analyze representations printed in eight cartoons selected from the newspaper *Folha de S. Paulo*, focusing on the fake news phenomenon and its relationship with themes such as media, culture, science and politics during the Covid-19 pandemic, in the period between 2019-2021, proposing possibilities of observation of the pandemic through the eyes of the press. What is intended is to contribute to the undertaking of organizing the memory of Brazil from the analysis of cartoons on the theme of fake news, broadening the horizons of this problem. The theoretical referential will gather authors that dissertate about cultural studies, journalism, memory, cartoons, representation, media and post-truth, relating these theories to the studies about the construction of fake news, considering its intervention on the habits and customs of society, along with the need for a critical reading of the theme and the way it is approached in the cartoons present in the selected editions.

Keywords: Brazil; Charge; Covid-19; Fake News; Memory

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	08
2.	ESTUDOS CULTURAIS: MEMÓRIA EM CHARGES.....	15
2.1	Novas possibilidades.....	16
2.2	Memória: apontamentos e reflexões.....	24
2.3	Charge e representação: fragmentos da realidade.....	29
3.	JORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA VERDADE FABRICADA.....	34
3.1	<i>Folha de S. Paulo</i> e chargistas.....	38
3.1.1	Laerte Coutinho.....	39
3.1.2	Marília Marz.....	42
3.1.3	Jean Galvão.....	45
3.2	<i>Fake news</i> e imprensa: a verdade dúbia.....	46
3.3	<i>Fake news</i> e redes sociais: principal meio de propagação.....	53
3.4	<i>Fake news</i> e pandemia da Covid-19: dois “vírus”.....	60
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
5.	REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, pretendemos com este estudo contribuir para o trabalho de organização da memória da imprensa brasileira por meio de imagens, ilustrações, caricaturas e charges, ampliando as possibilidades de pesquisa com essa temática, valorizando-se as fontes documentais produzidas pelo jornalismo impresso sobre as mídias sociais. Procuramos identificar e estreitar as relações entre os meios de comunicação e outras áreas das ciências humanas, tais como a literatura, a sociologia, a história e a antropologia em seus aspectos culturais.

Além disso, este trabalho se justifica também pela formação do autor em comunicação social e bacharel em jornalismo, com o último ano de graduação sendo postergada justamente por conta de um dos principais temas de discussão desta pesquisa, a pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), momento que foi marcante e objeto de atenção do autor durante boa parte do período pandêmico. Certamente, se trata de um período marcante para muitas pessoas em todo o mundo, em sua maioria, infelizmente, de uma forma negativa.

Outro fator que serviu como motivação para a construção deste estudo foi o papel de jornalismo durante a pandemia, tendo que enfrentar não somente o vírus da Covid-19 nas coberturas dentro de hospitais lotados pelo Brasil afora, mas também o vírus do negacionismo científico, outro ponto deste trabalho que será discutido com maior destaque posteriormente.

Assim posto, o *corpus* analisado nesta pesquisa é constituído por ilustrações, caricaturas e charges de autoria de Laerte Coutinho, Jean Galvão e Marília Marz, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, produzidas no período de pandemia causada pela Covid-19, entre 2019 e 2021. O estudo é feito com vistas à elaboração da construção de um Brasil ilustrado que procura fazer a crítica ao tempo presente e às centenas de *fake news*. sobre o negacionismo relacionado ao vírus que levou milhares de pessoas à morte em diversas partes do mundo. Apenas no Brasil foram registrados quase 700 mil óbitos pela doença.

No capítulo 2, temos uma discussão teórica sobre os estudos culturais, memória, charges e representação, teorias que servem como embasamento para este estudo e também como suporte para o seu desenvolvimento. Nesta parte, autores como Maurice

Halbwachs (2004), Terry Eagleton (2005), Stuart Hall (2015), entre outros, são utilizados como suporte teórico

O capítulo 3, além da análise do objeto, traz uma abordagem inicial sobre comunicação, principalmente do jornalismo, como uma espécie de reforço antes da discussão e análise das charges selecionadas. As oito charges que compõem o objeto são de autoria de Jean Galvão, Laerte Coutinho e Marília Marz, todos chargistas do jornal *Folha de S. Paulo* até os dias atuais.

Considerando o método como o primeiro passo para a organização de toda a investigação científica, a escolha da hermenêutica pode se mostrar de grande valia, pois se trata de um dos métodos mais utilizados em estudos e pesquisas na área das Ciências Humanas, Letras e Artes. Espera-se que a escolha do método auxilie na melhor interpretação possível dos arquivos analisados.

A pesquisa ampara-se nos estudos metodológicos da hermenêutica e traz um enfoque para os gêneros textuais/discursivos, ilustrações, caricaturas e charge, situado no jornalismo opinativo impresso e online. Para Gadamer (2003), o método hermenêutico é mediador no processo de interpretação dos textos. O autor assevera que o texto possui particularidades que são suas, mas o sujeito que conhece também coloca na sua compreensão conhecimentos que lhe são próprios, que podem ser estranhos aos objetos. Tal metodologia permite dar interpretações específicas para os textos, pois investiga suas impressões e suas memórias para entender sua época, sua cultura e sua identidade.

Para o autor em questão, a hermenêutica ultrapassa a interpretação e se coloca como mediadora, “uma disciplina filosófica que versa sobre interpretação” (AMARAL FILHO, 2009, p. 40). Já Evandro Ghedin (2004, p. 01 e 02) considera que é na linguagem que a hermenêutica processa os significados. Mas uma obra artística, como um quadro de arte ou uma charge, por exemplo, também pode ser interpretada, e essa interpretação é diferente de um texto impresso. Para Gadamer (2003), isso acontece porque cada objeto possui suas próprias particularidades, assim como o sujeito que busca interpretar o objeto também coloca nesse processo conhecimentos que lhe são particulares, que podem ser estranhos ao objeto. “Todos podem dar uma interpretação específica para os textos, pois somos construídos por impressões diferentes no decorrer de nossa formação” (DUARTE; FARIAS; OLIVEIRA, 2017, p. 03).

Contudo, nos alerta Gadamer *apud* Duarte, Farias e Oliveira (2017, p. 04), não há objetividade absoluta no ato de interpretar um texto, pois todo o intérprete propõe a sua própria interpretação ao objeto, sendo que a interpretação é realizada justamente quando

questionamos os significados postos pelo texto, principalmente quando não concordamos com a interpretação que nos é passada. Assim, torna-se necessária uma reflexão para que o real significado do objeto e sua correta interpretação nos seja visível.

Interpretar a obra do autor não significa que lhe dou aprovação, apenas tomo conhecimento do dizer dele, mas não a tomo como minha opinião. No entanto, quando tomo conhecimento do “dizer do outro”, sinto-me convidado a tomar uma posição (GADAMER, 2003). Isso não quer dizer que quando interpretamos o texto, devemos esquecer nossos posicionamentos, ou, puramente evitarmos formar qualquer ideia antecipada sobre o conteúdo do escrito. Mas o processo de compreensão tem como um dos seus fundamentos a dúvida – colocamos dúvida sobre o que o texto diz, questionando a validade ou não do que está escrito. (DUARTE; FARIAS; OLIVEIRA, 2017, p. 04 e 05).

Portanto, a hermenêutica propõe que sejamos sempre receptivos ao que o texto tem a nos passar, isso nos dá a possibilidade de o objeto manifestar verdades e significados que talvez não percebêssemos anteriormente. O método hermenêutico não tem a intenção de separar a interpretação do objeto propriamente dito, mas sim propor uma reflexão, uma releitura, revelar elementos antes ignorados ou não percebidos, porém isso “não significa que as leituras anteriores estão incorretas; por certo, elas não deram conta do todo, como nem nos damos conta dele. Contudo, ter o todo no horizonte é obrigação do pesquisador.” (DUARTE; FARIAS; OLIVEIRA; 2017, p. 08).

Assim, o método hermenêutico pode ser de significativa utilidade e, em alguns casos, o único a ser aplicado em determinadas pesquisas da área das Ciências Humanas, servindo como importante mediador no processo de interpretação dos textos.

No caso deste estudo, consideramos a hermenêutica como o melhor auxílio para a interpretação das charges que estão exibidas posteriormente, justamente por conta dessa “liberdade” de interpretação, reflexão e releitura que o método nos possibilita.

O método hermenêutico pode ser os “óculos” necessário para a pesquisa na área das Ciências Humanas, porém, com isso não queremos dizer que ele é o único método de pesquisa que pode ser utilizada na área das humanidades, mas a hermenêutica pode ser significativa e a única a ser aplicada em determinadas pesquisas. Como exposto acima, a escolha do método é o primeiro passo para a organização de toda a investigação científica, diante disso, entende-se a hermenêutica como o método e não uma mera técnica. Método que pode expor de forma profunda a realidade. (DUARTE; FARIAS; OLIVEIRA, 2017, p. 11).

Na pesquisa proposta, deve-se considerar que o periódico em questão trabalha com a representação de determinada classe social e que sua linguagem pode não corresponder à realidade de outros segmentos da sociedade, evidenciando sua diversidade e desigualdade.

As fontes utilizadas, as charges, são válidas para a construção de uma percepção sobre a representação do Brasil no contexto político, midiático emergente durante a pandemia da Covid-19. Estabelecemos uma abordagem desses contextos com a temática principal deste estudo, a das *fake news*. Nesse cenário, as charges selecionadas *Folha de S. Paulo* aparecem-nos como uma instância pedagógica e científica bastante viável, pois expressa discursos vigentes e legitimados num determinado contexto histórico-social.

Para Thais Rodrigues Penaforte, em “O negacionismo enquanto política”, o novo coronavírus (SARS-CoV-2) “instalou, mundialmente, o cenário que há décadas a comunidade da saúde pública temia: a emergência de um vírus perigoso, pouco conhecido e de elevada transmissibilidade” (PENAFORTE, 2022). Segundo os estudos:

A dinâmica da COVID-19, ao irromper uma crise sanitária sem precedentes, exigiu de chefes de estado e governos subnacionais maior afinco na criação de regulamentações e políticas públicas ágeis e precisas, capazes de instrumentalizar a ação governamental para o enfrentamento e a minimização de seus efeitos. No entanto, com um cenário incontido, essa pandemia tem produzido efeitos que não se restringem ao seu lastro sanitário. Sua repercussão no meio econômico, social e na geopolítica mundial tem recuperado a transcendência da saúde sobre os domínios da vida. (PENAFORTE, 2022, p. 02).

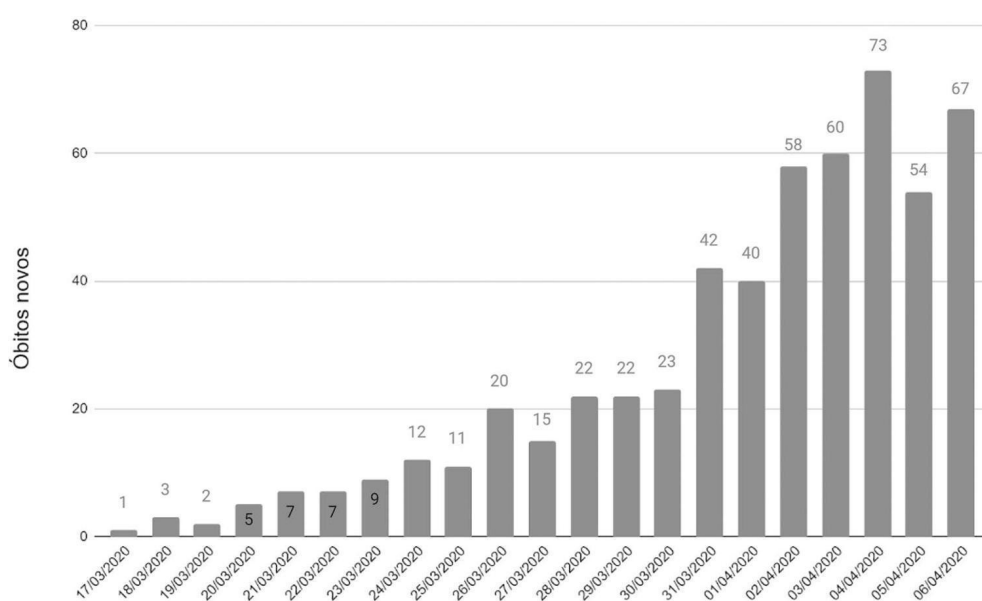
Em “*Como o Brasil pode deter a Covid-19*”, Wanderson Kleber de Oliveira (2022) esclarece:

A Covid-19, uma doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, foi identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a epidemia da COVID-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. (OLIVEIRA, 2022, online).

Conforme o autor, no Brasil as primeiras mortes pelo vírus ocorreram em fevereiro e março de 2020. Em fevereiro a propagação da Covid-19 foi declarada emergência de saúde pública nacional (ESPIN), em março, o Ministério da Saúde comunicou a

transmissão comunitária da Covid-19 em todo o Brasil. Entre os gráficos publicados está o da evolução de óbitos entre março e abril de 2020.

Gráfico 1



Fonte: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Bol Epidemiol. 2020. Número de óbitos por COVID-19 no Brasil, de 17 de março a 6 de abril de 2020

É justamente nesse período “mais trágico da história social e sanitária do Brasil”, de acordo com Penaforte, que irá ocorrer a difusão de *fake news* sobre a pandemia, a vacinação e a propagação do vírus. As notícias falsas ganharam proporções assustadoras com relatos sobre transmutações em quem fizesse o uso da vacina, receituário de remédios alternativos, castigos épicos e invenções comunistas.

Para Penaforte, a criação e reprodução de *fake news* foram pensadas metodologicamente como forma de fomentar um debate social em torno de questões como a eficácia da vacinação, o uso de cloroquina e a validade dos estudos científicos. Esse falso debate foi alardeado mundialmente por líderes populistas e favoreceu a emergência da extrema-direita, criando uma espécie de “guerra” contra a vacina:

Nesse contexto, é essencial compreender o papel do ceticismo e da crítica que, desvirtuados de seus sentidos originais, enquanto uma parte da lógica que trata do julgamento com o intuito de aferir ou propor novas ideias, passam a se destacar pela proliferação de incertezas e dúvidas infundadas. Modelo de pensamento estratégico para a ascensão da extrema direita no mundo, não foi ao acaso que os maiores defensores do uso disseminado da cloroquina para o tratamento da COVID-19 foram os líderes populistas Donald Trump e Jair Bolsonaro. (PENAFORTE, 2022, p. 09).

Entendemos que o combate à epidemia foi seriamente agravado pelas informações mentirosas a seu respeito. Diante da gravidade do quadro mundial, compreende-se que as *fake news* precisam ser abordadas com seriedade e rigor, mesmo quando o que se estuda é uma fonte satírica como a charge. Diante dessas evidências, propomos um olhar sobre as formas alternativas que a mídia encontra para encaminhar a crítica à desinformação, utilizando-nos de charges, cujos autores contemplam a postura do governo brasileiro (2018-2022) em relação à pandemia, e representam isso por meio de ilustrações, funcionando como um *flash* no debate político nacional.

É preciso ressaltar a atuação dos profissionais de jornalismo e das suas mídias, visto que o período da pandemia foi marcado por diversos atos de desrespeito e até mesmo agressões à classe jornalística. Isso ficou bem representado pelo corte de informações do Ministério da Saúde, órgão do próprio Governo Federal, sobre infecções e óbitos aos meios de comunicação no auge da atuação do vírus. Contra essa política de desinformação foi criado um consórcio entre vários veículos da imprensa para garantir o acesso às estatísticas diárias. Durante a trajetória do vírus, o jornalismo assegurou as informações necessárias à população. A escolha do estudo sobre as charges é um meio de expressar a memória dos combates que os chargistas travaram para contribuir com a crítica política naquele momento emergencial.

Ao entendermos a questão da pandemia expandindo-se para além do terreno da saúde pública, para áreas distintas da vida social, nesta abordagem, procuramos entrelaçar as teorias sobre os estudos culturais, memória histórica, sensibilidade literária e jornalismo político, corroborando tais estudos com a seleção de oito charges selecionadas do jornal *Folha de S. Paulo* no período pandêmico, entre 2019 e 2021.

Utilizamos tais fontes inserindo-as em uma dimensão sociocultural e política, buscando leituras e teorias convergentes que facilitem a compreensão da(s) forma(s) como se constituem as representações sobre *fake news* por parte da imprensa, sua reprodutibilidade nas redes digitais e seu efeito sobre o pensamento social.

Espera-se que esta pesquisa possa sugerir o encaminhamento da construção dessa temática sobre fake news por parte da imprensa brasileira, que viabilize a demonstração da importância do compromisso dos veículos midiáticos para a elaboração de canais de debate sobre a pós-verdade, bem como pretende contribuir com abordagens sobre a representação e a preservação de fontes documentais, a partir de elementos alternativos como as charges .

Parte-se do pressuposto que os textos produzidos pelos meios de comunicação tornam-se formadores de opinião, influenciadores de costumes e guardiões de memórias, motivos pelos quais precisam passar por releituras e críticas.

Para Kellner (2001), o papel desempenhado pela mídia, no mundo contemporâneo, transformou-se numa força dominante de socialização, as imagens criadas midiaticamente substituem diversas instituições, produzindo novos modelos de identificação e de comportamento. Segundo o autor, os meios de comunicação agem como ferramentas de representação social, ou seja, por meio da análise de determinado jornal ou revista, de qualquer época, é possível ter uma ideia geral de como era o comportamento de uma sociedade naquele período. Suas páginas permitem avaliar seus costumes, sua ideologia, seus hábitos e as diversas formas de relações sociais.

Ainda na Grécia Antiga, Aristóteles afirmava que só é possível definir o método após a determinação do objeto a ser investigado, além de alertar que o contrário, ou seja, a delimitação do método antes da definição do objeto, pode ser perigosa para o pesquisador e levar as análises a abstrações vazias. Posteriormente, o filósofo Friedrich Hegel é lembrado por Evandro Santos, Vanderlei Farias e Neiva Oliveira (2017), pois o mesmo também reforçava que o método é ligado ao objeto.

2 ESTUDOS CULTURAIS: MEMÓRIA EM CHARGES

“Portanto, ao analisar sob uma perspectiva dos Estudos Culturais, as obras de arte não possuem significados fixos e determinados. Ao contrário, é precisamente no caráter polissêmico da obra, que reside seu valor.”

Nincia Cecília Ribas Borges Teixeira

Ilustrações, charges, caricaturas e cartuns são objetos visuais e materiais e, geralmente, só podem circular se houver um meio físico ou digital de reprodução, seja mecânico ou eletrônico. Por esse motivo, são mais comparáveis à escrita do que à fala, pois necessitam de um editor e podem ser censurados com razoável eficiência.

Além disso, são uma forma de propriedade intelectual e podem ter os direitos autorais registrados, assim como os livros são diferentes de piadas orais, por exemplo. Nunca podemos ter certeza das intenções e propósitos de um ilustrador, cartunista ou do editor, mas podemos perfeitamente fazer perguntas sobre isso. Como é elaborada essa charge? Qual sua mensagem? Quem está na representação? A ilustração tem conotação política? Ela tem reflexos no corpo social? A problemática estabelecida, de acordo com Davies *apud* Lustosa (2011, p. 368), deve levar em consideração a autoria, “o ponto de vista do cartunista sobre sua criação é importante, embora não seja definitivo, por se tratar de uma área onde os significados são escorregadios”.

As charges possuem uma característica em comum a todos os textos, que são os significados nelas implícitos. Além de se tratar de um tipo de linguagem acessível, as imagens e textos contidos na ilustração remetem à uma referência do mundo, uma leitura de determinada situação política, econômica ou sociocultural. Esses significados implícitos ganham configuração pela forma como a linguagem é expressa, ou seja, o signo charge apresenta uma configuração textual que representa, de modo caricaturesco e também alegórico, uma realidade social, conferindo ao gênero uma característica crítica, satírica e humorística.

Desse modo, entendemos que a charge comunica um fato, uma situação ou um acontecimento de modo bastante crítico, e que o jornalismo brasileiro se utiliza

historicamente desse instrumento para dar sentido e promover a reflexão sobre certos temas, alguns bastante polêmicos, como é o caso das *fake news* sobre a Covid-19.

Luiz Beltrão (1976, p. 15) pondera que “não é nosso propósito relatar a história do jornalismo (...),mas a de caracterizar a atividade jornalística como fundamento das relações humanas”. Sobre o cosmopolitismo da época, o autor destaca que, a partir do fato de sermos considerados “como seres inteligentes, nos comunicamos, num intercâmbio senso-racional, inerente à formação, estabelecimento e evolução dos processos culturais e civilizatórios em que se encontram envolvidos, indivíduos e nações”.

A sociedade de massa conferira ao jornalismo de todos os seus atributos, os caracteres básicos de uma atividade social indispensável à sobrevivência, evolução cultural e desenvolvimento do processo civilizatório dos povos. Industrializando-se, a comunicação ocupa o centro da rede de relações sociais, fosse qual fosse a disposição estrutural adotada pela nação organizada em Estado, fosse qual fosse. (BELTRÃO, 1976, p. 25).

Assim, o referencial teórico deste estudo reúne autores que dissertam sobre estudos culturais, jornalismo, memória, representação, mídia e pós-verdade, relacionando essas teorias aos estudos sobre a construção de *fake news*, considerando-se sua intervenção sobre os hábitos e os costumes da sociedade, juntamente com a necessidade de uma leitura crítica sobre o tema e o modo como ele é abordado nas charges presentes nas edições selecionadas.

2.1 Novas possibilidades

Os Estudos Culturais surgem no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), num contexto político e social de uma Europa pós-guerra. Richard Hoggart, inspirado em sua pesquisa de título “As utilizações da cultura” (1957). Fundado em 1964, a instituição era ligada ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000, p.04), as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, suas formas, instituições e práticas culturais, bem como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais compõem o objeto principal de pesquisa do Centro.

Ana Carolina Escosteguy (2000, p.05) afirma que são três os textos que estabeleceram as bases dos Estudos Culturais: "Richard Hoggart com *The uses of literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and society* (1958) e Edward Palmer Thompson com *The making of the English working-class*" (1963).

Se originalmente os estudos culturais foram uma invenção ou produção britânica, atualmente, na sua forma contemporânea, transformaram-se num fenômeno global, não estão mais confinados à Inglaterra nem aos Estados Unidos. No entanto, Silva (2000, p.03) reforça que as peculiaridades do contexto histórico britânico naquele período, que abrangia tanto a área política e social quanto a área acadêmica, podem ser consideradas como alguns fatores que contribuíram, originalmente, para o surgimento deste movimento teórico-político.

Foi na Inglaterra que o movimento foi capaz de ressaltar os nexos existentes entre as formações sociais e o contexto cultural onde estamos inseridos. Como afirma Stuart Hall, "Os estudos culturais não configuram uma "disciplina", mas uma área onde diferentes disciplinas interagem, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade" (HALL, 1980, p. 07).

Posteriormente, no final da década de 1960, esses estudos já eram considerados como uma força da cultura intelectual, com viés de esquerda. Por conta de seu objeto de estudo, seu impacto teórico ultrapassou as fronteiras acadêmicas, constituindo-se em questões de militância com o intuito de promover mudanças sociais radicais na sociedade inglesa daquele período.

Falando de forma ampla, dois passos estavam aqui envolvidos. Em primeiro lugar, o movimento (para dar-lhe uma especificação bem sintética) em direção a uma definição "antropológica" de cultura - como prática cultural; em segundo lugar, o movimento em direção a uma definição mais histórica de prática cultural -, questionando o significado antropológico e sua universalidade por meio dos conceitos de formação social, poder cultural, dominação e regulação, resistência e luta. Esses movimentos não excluíam a análise de textos, mas tratavam-os como arquivos, descentrando seu status supostamente privilegiado - apenas um tipo de dado, entre outros. (HALL *apud* SILVA. 2000, p.06).

Assim, discordando dos meios de comunicação de massa e das relações sociais vigentes entre classe dominante e classe dominada, os estudos ingleses entendem que durante muito tempo, os elementos culturais foram vistos como produtos pelos colonizadores da América, da África, da Ásia e da Oceania. As sociedades escravagistas

transformaram as práticas e os instrumentos nativos em objetos de reprodução social e agentes de um projeto de construção da hegemonia cultural européia.

Thompson (1987), autor da obra “A formação da classe operária inglesa” de título em português, evidencia algumas práticas bastante específicas, como por exemplo, um estudo sobre dados do relógio ponto das fábricas, mostrando trabalhadores com minutos de atraso na chegada ou minutos adiantados na saída, eram quase sempre os mesmos e os mais politizados. A interpretação de Thompson é de que ao fazer isso, os operários se apropriaram de alguns minutos de tempo, o que era visto como um ato de rebeldia e de resistência contra o rigor do sistema fabril. Ainda, segundo o autor, a segunda-feira era o dia de maior ausência dos trabalhadores. De modos bastante sutis, com inovação de fontes, Thompson analisou profundamente a questão das relações entre classe e cultura.

Peter Burke, em *Cultura popular na idade moderna* (1999), analisa a questão de classes pela ótica da cultura superior e inferior, destacando como isso ocorre na Europa oitocentista:

Em 1800, porém, na maior parte da Europa, o clero, a nobreza, os comerciantes, os profissionais liberais – e suas mulheres – haviam abandonado a cultura popular às classes baixas, das quais agora estavam mais do que nunca separados por profundas diferenças de concepção do mundo. (BURKE, 1999, p. 291).

Conforme o autor, é necessário um levantamento entre essa concepção de cultura popular e erudita, a questão de classes, o uso de elementos culturais para distinguir pobres de ricos, empregados de patrões, etc. Ele afirma que a força da cultura popular reside no fato que entre os trabalhadores de áreas diversas existem subculturas que se entrelaçam a partir de costumes, crenças e práticas populares.

Afirmamos que a cultura popular desse período estava longe de ser homogênea; que a cultura do artesão e a cultura do camponês divergiam de muitas maneiras; que a cultura do pastor e a do mineiro diferiam da do agricultor. (...) o termo “subcultura” talvez seja mais útil do que “cultura”, pois sugere que essas canções, rituais e crenças não eram totalmente, e sim parcialmente, autônomas, diferentes, mas não separadas por completo do resto da cultura popular. A subcultura é um sistema de significados partilhados, mas as pessoas que participam dela também partilham os significados da cultura em geral. (BURKE, 1999, p. 68 e 69).

As questões de classe são abordagens constantes de Thompson e Burke, que chamam atenção para a cultura dos operários e dos camponeses, ao mesmo tempo em que evidenciam o abismo social que estratifica a sociedade, dividindo-a pelo seu poder aquisitivo. Essa divisão social ganha ainda mais visibilidade nos momentos de emergência, como foi o caso da pandemia de Covid-19. Nesse cenário, mesmo que todas as classes tenham sido vitimizadas, as desigualdades tornaram-se evidentes, alguns grupos de pessoas participavam do isolamento e atendiam as condições de higiene exigidas pelo vírus, enquanto outras vivendo na pobreza ou na miséria ficavam mais expostas ao contágio. Entende-se que se os estudos culturais observam o cotidiano e nele se expressam as questões de classe não há para Thompson ou Burke, como negar essa análise.

De acordo com Silva (2000, p.08), no final da década de 1970 e início da década de 1980, desponta a influência de teóricos de outros países, “como a França, onde Michel De Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu internacionalizaram esse movimento teórico-cultural”. Para Escosteguy (2008, p.05), logo que emergiram, os estudos culturais construíram uma importante crítica em âmbito global, e passaram a debater o estabelecimento de hierarquias entre as formas e práticas culturais, como as relações binárias de cultura alta e baixa, superior e inferior, entre outras. Para a autora:

A multiplicidade de objetos de investigação também caracteriza os Estudos Culturais. Isto resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. A ausência de uma síntese completa sobre os períodos, enfrentamentos políticos e deslocamentos teóricos contínuos de método e objeto faz com que, de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreve-se aos temas vinculados às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, a temáticas relacionadas com as identidades, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, geracionais, etc. (ESCOSTEGUY. 2008, p.06 e 07).

Assim, na contemporaneidade, segundo Terry Eagleton (2005), questões intelectuais, sociais e culturais passaram a não ser mais discutidas somente em universidade ou em “torres de marfim”, mas também em *shopping centers*, em quartos de dormir e até mesmo nos motéis. Ou seja, o debate cultural passou a fazer parte da vida cotidiana, e colocou em cena aspectos como memória, representação, costumes e práticas culturais diversas de tribos originárias ou urbanas. A cultura havia furado a bolha

e conquistava dimensões identitárias e étnicas bastante expressivas do ponto de vista científico (EAGLETON, 2005, p.15).

Outro ganho histórico dos estudos culturais, para o autor, reside no fato de o pensamento acadêmico tradicional ter ignorado durante séculos o cotidiano das pessoas comuns, e repentinamente passar a considerar também as classes dominadas e criticar essas hierarquias e estruturas colonizadoras já estabelecidas. Na verdade, Eagleton (2005, p. 20) afirma que o setor mais florescente dos estudos culturais contemporâneos é o dos chamados estudos pós-coloniais, que tratam justamente dessa condição opressiva, sendo essa uma das principais conquistas da teoria cultural.

No âmbito da literatura, Níncia Cecília Ribas Teixeira (2012) assinala que os estudos culturais permitem um constante diálogo e interface com outras disciplinas, possibilitando diversos conceitos teórico-metodológicos na interpretação de objetos literários, além de ampliar a visão desses objetos de análise não somente na ordem textual, mas atingindo também dimensões populares por meio desses estudos e seus intercâmbios. Dessa forma, observa-se que os instrumentos e as práticas culturais, juntamente com os objetos literários, tornam-se produtores de saber e revelam efeitos capazes de desconstruir essas relações interculturais de dominação, porque trazem à tona a revisão de conceitos sobre o popular, a memória cultural e a escrita da história. Para a autora:

Portanto, ao analisar sob uma perspectiva dos Estudos Culturais, as obras de arte não possuem significados fixos e determinados. Ao contrário, é precisamente no caráter polissêmico da obra, que reside seu valor. O significado de uma obra representa uma série de interpretações. A arte, como diz Ernest Ficher (1983), jamais se limitaria a mera descrição da realidade social. Ao contrário, é função do artista interpretar essa realidade através de sua visão do mundo e de manifestar suas concepções políticas ideológicas. (TEIXEIRA. 2012, p.60).

Klaus Eggensperger (2010) estabelece que, historicamente, a gênese do ser humano está vinculada à gênese da língua, e que o segundo grande passo da humanidade foi o desenvolvimento da escrita. Posteriormente, no século XX, os universos da oralidade e da escrita foram aperfeiçoados pelo paradigma audiovisual e, ultimamente, multimedial, que ganham cada vez mais importância nos processos de produção e recepção de códigos culturais. Assim, os estudos culturais redimensionam o campo de estudo da pesquisa sobre essa temática, de tal modo que “nenhum produto e nenhuma

prática cultural podem ser interpretados fora do contexto onde estão inseridos”, tanto por parte do objeto quanto do investigador. (EGGENSPERGER, 2010, p.57)

Quando está em pauta a relação entre mídia e produtos culturais, Eggensperger (2010, p.64) afirma que, do ponto de vista dos estudos culturais, interessa menos a mídia em si, representada pelos seus diversos meios de comunicação ou dispositivos de armazenamento, mas sim as formas culturais ou simbólicas em que a comunicação ocorre.

Formas simbólicas que foram criadas culturalmente e são obrigatórias, como os ‘gêneros comunicativos’ do dia-a-dia (small talk, fofoca, cumprimento), ou os gêneros textuais da escrita, os ‘formatos’ da programação televisiva e os gêneros de cinema, são formas que nos oferecem orientação, portanto o reconhecimento da unidade na variedade. (RAIBLE *apud* EGGENSPERGER. 2010, p. 64 e 65).

Por isso, os estudos culturais possibilitam a análise da cultura como prática de produzir significado e sentido, problematizando as representações sociais, tanto em textos quanto na mídia audiovisual e outros meios de comunicação atuais.

No século XXI, a literatura como mídia não tem mais primazia, a contribuição da literatura para a formação de sujeitos diminuiu, e nós, como críticos, temos de reconhecer que existe uma estética além da cultura literária – uma estética de entretenimento, dominante na mídia. (EGGENSPERGER. 2010, p.67).

Douglas Kellner (2001, p.09) também observa que há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos moldam a vida cotidiana dos indivíduos, dominando seu tempo de trabalho e de lazer, formando suas opiniões políticas e seus comportamentos sociais, ou seja, são capazes de moldar ou transformar a identidade do indivíduo. Os vários meios de comunicação (rádio, cinema, televisão, música e a imprensa - que inclui jornais, revistas, histórias em quadrinhos, charges, etc.) “jogam com uma vasta gama de emoções, sentimentos e ideias.”

Kellner (2001, p.12) afirma que um estudo cultural crítico conceitua a sociedade como um território de dominação e resistência, onde a cultura veiculada pela mídia tradicional e classes dominantes se empenham em manter essa relação de dominação com discursos reacionários e preconceituosos, promovendo o racismo e outros preconceitos como o de sexo, idade, classe, entre outros.

A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo. (Kellner, 2001, p. 13).

Assim, enquanto a cultura da mídia, em grande parte, promove os interesses das classes dominantes que controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação, seus produtos também fazem parte dos conflitos sociais entre grupos concorrentes. Nesse sentido, Kellner reforça que “na conjuntura em que nos encontramos, os estudos culturais podem desempenhar importante papel na elucidação das alterações significativas que têm ocorrido na cultura e na sociedade de nossos dias”. (Kellner, 2001, p.29).

Jesús Martín-Barbero (2006, p.285) aborda as relações entre comunicação, cultura e política. O autor assinala que no campo da comunicação ocorre o ponto de fusão nas relações entre classes sociais e ocorre também nas relações entre povos e etnias que trazem à luz novas contradições e conflitos sociais, questionando a cultura política tradicional, tanto à direita quanto à esquerda. Esses conflitos encontram terreno tanto no campo econômico e social quanto no campo simbólico, pois são nesses lugares onde se constituem os sujeitos e as identidades coletivas da pós-modernidade.

Outra contribuição de Martín-Barbero é a respeito dos estudos culturais na América Latina, em específico. Para o autor (2006, p.287), no continente latino-americano emerge uma valorização profundamente nova do campo cultural, que resulta numa recusa do paradigma antigo de que “só se faz cultura onde não se pode fazer política”. Para Barbero, a cultura é política em sua natureza, e o contrário serve apenas para “encobrir a incapacidade das instituições e dos partidos políticos em fazer frente às suas próprias crises”. Segundo ele:

Mais do que por “políticas de comunicação”, o problema agora passa por uma renovação da cultura política capaz de assumir aquilo que está em jogo hoje nas políticas culturais. Naquelas em que não se trata muito da administração de instituições ou da distribuição de bens culturais, e sim de “um princípio de organização da cultura, algo interno à constituição do político, ao espaço de produção de um sentido da ordem na sociedade, aos princípios de reconhecimento mútuo”. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 288).

Em busca desse reconhecimento, as comunidades periféricas brasileiras: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e outros coletivos que fizeram das práticas e dos costumes culturais uma política de resistência e de sobrevivência, passaram a reivindicar espaço na cena política nacional, promovendo a visibilidade e a institucionalização desses grupos periféricos.

A verdade é que a política suprime a cultura como campo de interesse a partir do momento em que aceita uma visão instrumental do poder. O poder se constitui dos aparatos, das instituições, das armas, do controle sobre os meios e os recursos, das organizações. Tributária dessa visão de poder, a política não pôde levar a cultura a sério, exceto onde ela se encontra institucionalizada.” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.288).

A questão da institucionalização inaugura um debate emergencial em que são redefinidos os sentidos tanto de cultura quanto de política, onde a comunicação não tem papel apenas temático e quantitativo (interesses econômicos), mas também qualitativo: com a redefinição do sentido de cultura, passa a ser fundamental o entendimento da natureza comunicativa da cultura, ou seja, “compreender a cultura como como um processo de produção de significações e não apenas como espaço onde circulam informações”. A partir dessas ponderações, o receptor das mensagens passa a ser considerado também um produtor dessas significações.

Barbero (2006, p. 289) entende que “não faz sentido continuar programando políticas que separam aquilo que acontece na cultura daquilo que acontece nas massas”, considerando as indústrias e os meios massivos de comunicação, pois o que acontece culturalmente com as massas é de extrema importância num ambiente democrático. O conceito de massivo também é importante para um melhor entendimento da compreensão do autor:

O massivo, nesta sociedade, não é um mecanismo isolável, ou um aspecto, mas uma nova forma de sociabilidade. São de massa o sistema educativo, as formas de representação e participação política, a organização das práticas religiosas, os modelos de consumo e os de uso do espaço. Assim, pensar o popular a partir do massivo não significa, ao menos não automaticamente, alienação e manipulação, e sim novas condições de existência e luta, um novo modo de funcionamento da hegemonia. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.311).

Conforme Barbero, é possível concluir que a cultura de massas ou a cultura popular “não ocupam uma e somente uma posição no sistema de classes sociais, mas

que no interior dessas culturas dominadas coexistem produtos heterogêneos” (2006, p.311), bastante diversificados e costumes enraizados com práticas cotidianas que resistiram a todos os impactos da colonização e da globalização. Essa memória histórica, social e cultural já não mais corresponde à lógica da cultura dominante e tem suas novas demandas extraídas do terreno fértil do espaço cultural periférico.

Dessa maneira, pela presente pesquisa, entendemos que os estudos culturais oferecem o suporte teórico e metodológico necessário para o desenvolvimento de trabalhos que atentem para fontes consideradas populares, periféricas ou literárias. Nesse sentido, ao optarmos pelo gênero charge e suas representações, emana análise de ilustrações do período de pandemia da Covid-19, entre os anos de 2019-2021, a partir das críticas estabelecidas às *fake news* pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o objetivo é contribuir com o alargamento de reflexões sobre memória e cultura, observando-se os significados e os sentidos das charges e o impacto das ilustrações sobre o corpo político e social. O estudo possibilita a elaboração e o encontro de pesquisadores de áreas distintas para o estabelecimento de uma fundamentação teórica que consegue reunir e promover o diálogo entre autores de diversos campos de conhecimento.

2.2 Memória: apontamentos e reflexões

A memória tornou-se um terreno de críticas e estudos culturais. Um campo bastante fértil para os cientistas das diversas áreas das humanidades, tais como a antropologia, a história, a literatura e o jornalismo, entre outras esferas de saber. Um dos importantes autores acerca dos estudos sobre memória, Pierre Nora (1993, p. 07) pondera que vivemos em um período de aceleração da história, que produz cada vez mais rapidamente um “passado morto”, uma percepção de que algo desapareceu. Na visão do autor, isso tem como causas os processos de mundialização, de democratização, de massificação e de midiaticização, que causaram o “desmoronamento da memória” e, conseqüentemente, dos lugares de memória. Esses lugares de memória possuem, conforme o autor, três sentidos: material, funcional e simbólico. Segundo Nora:

Cito como exemplo a noção de geração, que seria material, por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, ao garantir ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólica, em que um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número caracteriza uma maioria que dele não participou. (NORA *apud* VIEIRA, 2015, p. 02).

A memória é uma dimensão cultural, pode ser apreendida pela experiência direta dos fatos históricos ou pela herança demarcada pela ancestralidade dos grupos familiares que, reunidos em comunidade, estendem ramificações com um coletivo social amplo e em permanente expansão. Além de Nora, outros autores tomaram como objeto de estudo as relações entre sociedade e memória. O precursor desse pensamento foi Maurice Halbwachs, que fez observações sobre memória coletiva e memória individual. No prefácio do trabalho mais conhecido do autor - *A memória coletiva*, Jean Duvignaud lembra da diferença do conceito de “memória histórica”, que pressupõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetados num passado reinventado, e de “*memória coletiva, aquela que recompõe o passado numa espécie de mágica, algo que faz parte da memória de um coletivo mesmo que este coletivo não tenha vivenciado esse passado*” (HALBWACHS, 2004, p. 14 e 15).

Vieira (p. 05 e 06) cita Bergson, reforçando que a nossa memória está sempre presente, que não corresponde a uma regressão do presente ao passado, mas sim o contrário, por meio de processos históricos a memória transporta elementos imprescindíveis do passado para o presente. Ainda sobre as relações entre memória e sociedade, Marcos Napolitano afirma que, no setor específico da vida política de uma sociedade, “*a memória social é capaz de estabelecer novos sentidos para ações do passado*”, marcando identidades e espaços no presente.

História e memória se confundem e entram em choque ao falar sobre um mesmo passado, sobretudo quando há processos políticos que ainda estão em jogo e quando muitos dos protagonistas de ontem ainda estão vivos e atuantes. (NAPOLITANO, 2015, p.10).

O autor reforça também que, apesar de não significarem a mesma coisa, visto que “a memória é uma construção cultural livre e a história uma operação intelectual científica”, as duas muitas vezes se confundem. Assim, Napolitano (2015, p.12) assinala que é importante sublinhar que a memória atua sobre a história em sentido amplo, uma

vez que segundo o pesquisador “a memória sobre qualquer processo histórico específico possui sua própria história”.

De um ponto de vista geral, Napolitano (2015) considera alguns atores, individuais e coletivos, que estão envolvidos na construção da memória, destacando-se: instituições político-ideológicas e associações de classe, como partidos políticos, organizações não governamentais, institutos, sindicatos e entidades empresariais; instituições e atores voltados à produção e preservação de memórias, tais como associações, museus e arquivos públicos ou privados; mídia jornalística impressa, eletrônica e digital; campo artístico, sobretudo aqueles vinculados aos meios massivos, como o cinema, a música e a televisão; universidades e outros centros de produção de conhecimento legitimado em uma sociedade; movimentos sociais e culturais, sejam ligados ou não à instituições mais amplas como a Igreja ou partidos políticos. Sobre o jornalismo, é importante salientar a observação do autor de que ‘a mídia impressa apresenta, historicamente, uma maior legitimidade e argumentos mais sofisticados na produção das memórias sobre um determinado período histórico’. (NAPOLITANO, 2015, p.15)

Já para Michael Pollak (1992), a partir do momento em que é reconhecido o caráter problemático da memória coletiva, propõe que, no lugar de analisar os fatos sociais como coisas, “procurar saber como os fatos sociais tornam-se coisas e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade (POLLAK, 1989, p. 03). O autor chama esse conceito de “memória enquadrada”, ao invés de memória coletiva.

Além disso, Pollak (1989, p.15) observa que “a memória, numa breve sistematização, seja ela individual ou coletiva, tem sempre como elementos constitutivos acontecimentos, pessoas e lugares”. Mesmo as pessoas que não vivenciaram pessoalmente as experiências receberam narrativas dos seus ancestrais e experimentaram o seu poder através da memória e da narrativa de outras pessoas. É isso que o autor denomina de espécie de memória “herdada”. Nessa herança cultural estão símbolos, fragmentos, bolas de gude, livros, painéis, fotografias e toda a sorte de objetos culturais cuidadosamente preservados no vasto campo das lembranças comuns, que reúnem à sua volta um coletivo infinito que se expressa por múltiplos canais culturais.

Bronislaw Malinowski (1984), em *Os argonautas do pacífico ocidental*, promove estudos sobre os nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, na Melanésia, mais especificamente nas Ilhas Trobriand, onde permaneceu de junho de 1915 até maio de 1916 realizando um trabalho de observação participante. O autor demonstra que mesmo vivendo isolados os nativos fizeram do seu costume na confecção de painéis de barro um

meio de estabelecer comércio com todas as ilhas vizinhas. Sua experiência individual, enquanto família e comunidade, tornou-se reconhecida e ampliou suas relações sócio comerciais, tornando essa experiência coletiva. Ele entende que o antropólogo “deve analisar com seriedade e moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros.” Escreve o autor:

O etnógrafo é capaz de estabelecer a diferença entre os atos públicos e os privados; de saber como os nativos se comportam em suas reuniões ou assembleias e que aparência elas têm; de distinguir entre um fato corriqueiro e uma ocorrência singular ou extraordinária (...). Em outras palavras, há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. (MALINOWSKI, 1984, p. 29).

O antropólogo foi um influenciador dos estudos de campo, da realização de diários de pesquisa, da narrativa densa sobre as observações feitas pelos estudiosos da cultura. Sobre sua convivência com os nativos ele argumenta que “há uma série de fenômenos que de forma alguma podem ser registrados apenas com auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade”. Sobre isso pondera Malinowski:

Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina de trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade, as simpatias e aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas relações emocionais daqueles que o cercam. (MALINOWSKI, 1984, p. 29).

Tais observações e a riqueza das fontes de pesquisas culturais, sua relevância para a história e a literatura, uma vez que “cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade” (MALINOWSKI, 1984, p.34). Sobre o tema, Clifford Geertz (2008), em *A interpretação das culturas*, vasculha a cultura em busca de memórias que possam explicar e dar sentido à vida e à humanidade, por meio da interpretação do significado das práticas culturais. Ele entende que:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa em busca de significados. (GEERTZ, 2008, p. 4).

A respeito das relações entre memória e literatura, Danielle Pereira (2014, p. 344) assinala que os elos entre essas duas instâncias se apresentam como potências de diversas formas de leitura que contribuem para a construção da memória tanto coletiva quanto individual. A autora toma a afirmação do francês Jacques Le Goff para completar o raciocínio:

A memória é crucial, tanto por sua importância ímpar e fundamental nos modos de organização da identidade humana, quanto por essa organização realizar-se a partir do cruzamento entre as suas manifestações na esfera individual e coletiva. (LE GOFF *apud* PEREIRA, 2014, p. 344 e 345).

Esse cruzamento entre a esfera individual e coletiva pode partir de um exemplo simples, uma semente: um indivíduo de um dado grupo de povos originários do Brasil coleta sementes e faz um colar. O grupo se interessa, aprende, produz. Passa a presentear, trocar, comercializar, a influenciar o seu grupo que por sua vez encontra pertencimento em todos os grupos de produtores de artesanato com sementes. Atualmente, com essas transformações, aprimora-se a vida comunitária e ampliam-se as conexões culturais, inclusive por meio de redes sociais e plataformas digitais. Dessa forma, o esforço no processo de construção da memória depara-se com fragmentos, desejos, invenções, pistas do real, formando uma espécie de quebra-cabeça que nunca se completa. O indivíduo precisa reorganizar todos esses vestígios, “tal como o arqueólogo diante das ruínas de uma cidade submersa pelo tempo” (PEREIRA, 2014, p.350).

O debate teórico sugere que a memória cultural exerce sobre a literatura o mesmo fascínio que exerce sobre meios de comunicação e que o encontro interdisciplinar entre literatura e jornalismo estabelece relações e abordagens que sugerem a busca de significados e sentidos para novas abordagens culturais, como é o caso da preservação da memória da pandemia por meio de charges, caricaturas e ilustrações.

2.2 Charge e representação: a realidade em fragmentos

De início, é importante reforçarmos a diferença de charge para outras categorias de desenhos, como os cartoons, as caricaturas, as histórias em quadrinhos (HQ 's) e também dos memes, categoria de versão digital e muito popular com o advento das redes sociais, principalmente entre os jovens.

Para Marina Ferreira (2019, p. 05), um cartoon é um desenho de caráter humorístico ou caricatural, que não necessariamente vem acompanhado de legenda. Tem caráter extremamente crítico, retrata de uma forma sintetizada o cotidiano de uma sociedade. A palavra *cartum* tem origem inglesa, de *cartoon*, que significa “esboço ou modelo desenhado em cartão”.

Quanto às HQ 's, Priscila de Melo Merenciano (2017, p. 08) afirma se tratar de um gênero mais abrangente no que diz respeito à sequência de quadros. Dessa forma, é possível dizer que as HQ 's acabam por englobar as charges, que para a autora são o segundo gênero na relação de totalidade.

Já a caricatura, por sua vez, é englobada pela charge, pois mostra “(...) em geral, apenas uma parte do rosto ou do corpo do retratado, considerada, assim, como um gênero do detalhe” (MERENCIANO, 2017, p. 08). Vale reforçar também que todos esses gêneros citados (HQ, charge, caricatura e meme) utilizam a representação de imagem pelo recurso da hipérbole.

No que se refere à organização do tipo textual, a HQ enquanto enunciação global, é um texto que tende a ser longo em relação à charge e à caricatura, com respeito à expressão é passivo desdobramentos visto que é dotado da possibilidade de expansão. Pode, por esta razão, ser classificado como da ordem do desdobramento. Por sua vez, a charge política enquanto enunciação global é um texto que tende a ser breve, no que se refere à expressão (geralmente retrata um momento ou uma cena enunciativa) e fechado com respeito à especificidade do tema e das figuras nela contidas, sendo, por essa razão, da ordem da concentração. A caricatura, assim como a charge, pode ser definida como um texto que tende a ser breve, no que se refere à expressão, e fechada com respeito a sua característica de ampliação de um único detalhe para a construção de sentido. (MERENCIANO, 2017, p. 11 e 12).

Para Ferreira, um meme “é considerado uma expressão cultural de ideia, comportamento e estilo que é propagado de uma pessoa ou grupo para outra pessoa ou grupo” (FERREIRA, 2019, p. 17). Uma das principais características dos memes é o

fenômeno da “viralização”, quando um vídeo, uma imagem, frase, ideia, música, etc. se espalha entre vários usuários muito rapidamente. Outra característica desse gênero é o seu texto verbal, normalmente com fontes de tamanho grande, letras maiúsculas e em cor contrastante para facilitar a leitura pelo usuário. Além disso, a linguagem dos memes é normalmente informal, popular e, muitas vezes, com gírias, não obedecendo aos padrões gramaticais.

A principal semelhança dos memes com os outros gêneros citados anteriormente são as suas temáticas, que também, via de regra, fazem referência à vida cotidiana. Ferreira assinala que “a efemeridade da informação está ligada à ideia de conhecimento de mundo. Não se “explica” um meme, pois ele tem a concepção de algo passageiro”. (FERREIRA, 2019, p. 22).

Charge é uma palavra de origem francesa, *charger*, que significa carga. É uma ilustração ou caricatura com um ou mais atores, que procura representar cenas da vida cotidiana relacionadas à política, futebol, vida social, etc. Lustosa (2011) entende que um dos principais objetivos da charge é o de satirizar, ou seja, representar com bom humor até mesmo as mazelas da população. A charge pode conter uma linguagem verbal ou não verbal, e seu enunciado pode sugerir opiniões e valores do autor, no caso o chargista.

Lustosa explica que no Brasil, a charge teve uma origem panfletária, surgiu na primeira metade do século XIX como uma forma de crítica ao governo imperial. Inicialmente era publicada apenas em panfletos e mais tarde passou a ser publicada em jornais e revistas. Em sua dimensão histórica, essa busca ansiosa por uma identidade nacional teve, segundo Lustosa (2011), uma passagem obrigatória pela caricatura, uma vez que “coube aos ilustradores fixar imagens que colocassem valores e códigos de nosso processo histórico, ou seja, documentos que falam por toda uma época, registrados iconograficamente”. Um exemplo é o personagem *Jeca-Tatu*, de Monteiro Lobato, lançado em 1914, que representava um Brasil arcaico na figura do caboclo paulista do mundo rural, um agricultor pobre sem a cobertura de políticas públicas de saúde, educação ou agrária.

Outro caso é o da ilustração de Péricles de Andrade Maranhão, *O amigo da onça*, que lançado em 1924, sobreviveu até 1961 e a partir de 1948 passou a ser publicado na revista *O Cruzeiro*. A caricatura é de um senhor de meia idade, bastante falante, bem trajado, penteado a rigor, e que é famoso por não ser uma pessoa de confiança. Para Martins, o bom humor das charges caiu nas graças dos leitores. “Coube à caricatura educar o olhar e a sociedade”, escreve Martins:

[...] importa considerar que, através da caricatura, fosse no folhear da revista, no *affiche* teatral, na propaganda veiculada no periódico, no anúncio do bonde e hoje no “plim plim” da televisão -, novas linguagens visuais modernizaram o desenho, a produção gráfica, a produção artística e a comunicação. Além disso, coube à caricatura educar o olhar e a sociedade, refinando nesse aprendizado lúdico e bem-humorado a crítica social, a percepção do país. (MARTINS *apud* LUSTOSA. 2011, p. 531).

De acordo com Célia Ladeira Mota e Paulo Henrique de Almeida (2016, p.103), assim como as crônicas, as charges também são narrativas do cotidiano que expressam um certo tempo da vida nacional. Por cotidiano, os autores entendem ser o momento de determinada ação histórica, um espaço de disputas e conflitos que podem revelar as hierarquias e as opções ideológicas.

(...) compreendemos as charges como representação ou objetivação de uma realidade, um mundo que se origina no pensamento e na ação de seus autores. Quando interpretamos essas linguagens, seja em jornais, revistas ou muitas vezes na internet, somos transportados para um mundo de significados que podem ter ou não relação com a ordem da vida cotidiana. Interpretar esses significados é, no entanto, decifrar os códigos, informações, e ter conhecimento sobre o mundo em sua volta. É se relacionar com o outro, com o social. (MOTA e SOARES, 2016, p. 106).

Mota e Soares (2016, p.107) consideram o gênero charge como um instrumento de crítica e arma retórica, destacando o estereótipo e o excessivo por meio de figuras de linguagem como a hipérbole, metáfora e ironia. No entanto, os autores reforçam que, por focalizar em uma realidade específica, a charge é efêmera e se prende mais ao momento, tendo uma limitação temporal relativamente curta.

Para Dominique Vieira dos Santos (2011, p.32), o pressuposto do qual partem os autores e estudiosos que trabalham com representações sociais é o de que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados por uma perspectiva coletiva sem, no entanto, ignorar o indivíduo. O conceito de representação coletiva, aliás, teve o sociólogo francês Émile Durkheim como precursor, em 1898. Durkheim utiliza tal conceito para explicar fenômenos coletivos, como a religião, por exemplo, que para ele deveria ser estudada a partir de investigações coletivas. “Assim, a representação coletiva, para ele, não é somente a soma das representações individuais, mas um novo conhecimento, que pode, inclusive, favorecer uma recriação do coletivo”. (SANTOS, 2011, p.32 e 33).

Santos (2011) considera a teoria das representações sociais, a partir da análise dos estudos do psicólogo social romeno Serge Moscovici (1984), como uma teoria que se interessa por compreender “(...) como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem” (SANTOS, 2011, p.34). Portanto, as representações sociais podem ser entendidas como sintetizadoras de referências que os diversos grupos produzem a partir do que aprendem de suas próprias vivências sociais, inseridas num determinado tempo e num determinado espaço.

Para Ciro Flamarion Cardoso, cujos estudos são lembrados por Dominique Santos, a representação social pode ser definida em quatro pontos:

(...) 1) uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto; 2) a representação mantém com seu objeto uma relação de simbolização e interpretação; 3) a representação é uma mobilização de seu objeto; 4) a representação desempenha um papel crucial no ajuste prático do sujeito e seu ambiente.” (CARDOSO, 2000, p. 30).

Cardoso afirma ainda que o princípio dos estudos sobre representação social parece derivar, filosoficamente, de Martin Heidegger, possuindo um caráter metafísico, reduzindo todo o pensamento “científico” a “meras representações”. (CARDOSO, 2000, p. 20 e 21).

Jorge Bidarra e Leidiane da Silva Reis (2022), em “*Gênero charge: construção de significados a partir de uma perspectiva interdisciplinar e dinâmica*”, também dissertam sobre a importância didática do uso de charges em sala de aula. Segundo eles:

Somos partidários da ideia de que ao se trabalhar com charges, os alunos se sentirão mais motivados e curiosos, pois terão que buscar os conhecimentos em outros textos e terão de saber os fatos históricos nelas contidos. Pois, somente assim conseguirão alcançar a mensagem que foi passada. Por provocar muitas vezes o riso, o aprendizado se torna mais significativo e ao mesmo tempo prazeroso, sem que se perca de vista a preparação de sujeitos críticos na sociedade. (BIDARRA e REIS, 2022, p. 08).

Os autores entendem que “a charge, mais do que uma simples piada, é um gênero rico para se trabalhar numa perspectiva interdisciplinar”, e argumentam que para a sua correta interpretação “reúnem-se conhecimentos de diversas áreas, dentre eles, política, religião, história, geografia, língua portuguesa, artes, sociologia, filosofia, etc.”

Sobre o papel da legenda na charge jornalística, Maria Cristina Taffarello (2007) tem um estudo interessante a respeito.

Nossa convicção é a de que toda piada, incluindo aqui a charge, funciona de certa forma como metalinguagem da própria linguagem (verbal ou icônica), isto é, rearranjo do significante, empenho na forma, na função estética, para chegar a vários objetivos: fazer rir e, ao mesmo tempo, no caso do humor político, persuadir, alertar, vingar-se, desabafar... (TAFFARELLO, 2007, p. 15).

Dessa forma, entende-se que o leitor, ao observar a charge, já possui um conhecimento prévio sobre o assunto que o auxilie na interpretação da charge. “É isso que caracteriza, sucintamente, a aceitabilidade, como fator de textualidade” (TAFFARELLO, 2007, p. 12).

3 JORNALISMO E A REPRESENTAÇÃO DA VERDADE FABRICADA

“A pós-verdade é manipulada por interesses e emoções, e se torna uma nova verdade, mas não é verdadeira.”

Hannah Arendt

De acordo com Eduardo Granja Coutinho e Márcio Souza Gonçalves (2009, p. 58), o jornalismo passou a assumir um caráter essencialmente político no século XVIII, quando teve um papel fundamental no processo de mobilização e organização daquilo que o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas chama de “esfera pública burguesa”. Para os autores, o papel da chamada grande imprensa, historicamente, é justamente criar sujeitos passivos, modelar a opinião desses sujeitos e chamá-los a legitimar acordos políticos, mas, ao mesmo tempo, impedi-los de participar efetivamente das principais decisões.

No regime burguês, obter o apoio da opinião pública consiste no principal fundamento da legitimidade da dominação política, de modo que a hegemonia de uma classe envolve um processo de mobilização e indução de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação, como o entretenimento e a propaganda.

Compreendemos, portanto, que a eficácia da imprensa burguesa como instrumento de hegemonia deve-se, fundamentalmente, ao fato de que ela cria e veicula uma visão de mundo reificada, oferecendo ao leitor, por meio de estereótipos, mitos, *faits divers*, uma representação sensacionalista, fragmentada e descontextualizada do real histórico. (COUTINHO e GONÇALVES, 2009, p.68).

No Brasil, segundo Coutinho e Gonçalves (2009, p.107 e 108), Alfredo de Carvalho, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a mais antiga entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, foi o pioneiro quando se trata dos estudos sobre a imprensa periódica brasileira. Em 1908, publicou na revista do IHGB um estudo intitulado “Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil”, uma abordagem dentro das perspectivas históricas e políticas daquele período.

Posteriormente, em 1945, Hélio Viana buscou recuperar a história da imprensa no Brasil no período de 1812 a 1869, publicando um estudo de 664 páginas com índices, ilustrações e pesquisa em fontes sobre a imprensa brasileira daquela época.

No caso dos impressos, Eliana de Freitas Dutra (2006, p.259) afirma que qualquer um que pretende estudar seu papel na construção da vida política da sociedade deve levar a França em consideração. De acordo com a autora, é quando a cultura de massa se instala em definitivo naquele país, nos períodos de 1885 a 1905, em que os impressos passam a ser ali difundidos em grande escala, questionando o regime da época. Dutra (2006, p.273) estabelece uma semelhança no papel dos impressos na França nessa época com o dos vídeos e da televisão nas jovens nações de hoje.

Dutra (2006, p. 357) considera que algumas variáveis devem ser levadas em consideração quando se trata da imprensa brasileira. A primeira delas seria a existência de um projeto da época do Estado Imperial brasileiro, no sentido de construir a nação simbolicamente. É nesse contexto que as representações identitárias do Brasil inseriram-se numa criação simbólica mais ampla que ocorria no Ocidente e que contou com um repertório estético e temático partilhado em escala planetária.

No entanto, foi a partir da segunda metade do século XIX que, de acordo com Dutra (2006, p. 367), que a produção de imagens impressas sofreu significativo impulso no Brasil, com gravuras e fotografias representando o desenvolvimento e o progresso da civilização no país mediante a ótica do Estado.

Sobre o fenômeno das *fake news*, para as autoras Benvina dos Anjos, Nilva Dantas, Maria Eloide de Sousa e Camila Neves Cunha (2022, p. 77), a sociedade vê-se diante de um novo desafio derivado da revolução tecnológica e da velocidade de transmissão da informação que se espalha em todo o mundo, um fenômeno tratado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “atos de fraude pelo que são – como uma categoria particular de informação falsa em formas cada vez mais diversas de desinformação, inclusive em formatos de entretenimento como memes visuais”. (UNESCO, 2019, p. 7).

O termo “notícias falsas” diretamente ligada a *fake news* relaciona-se a relatórios, imagens e vídeos, dos quais são compartilhados para espalhar informações factualmente incorretas propositalmente com o intuito de parecerem autênticas à primeira vista, atraindo a atenção de um indivíduo específico ou público com a finalidade de chocar ou formar opiniões errôneas a respeito de um assunto específico. Notícias falsas podem ser criadas por indivíduos ou grupos que agem em seus próprios interesses ou de terceiros. (ANJOS; DANTAS; SOUSA; CUNHA, 2022, p. 87).

As autoras também citam a filósofa Hannah Arendt (1998) e o conceito de pós-verdade, que pode ser visto como uma esfera de ação na qual a verdade é mascarada e distorcida, “é manipulada por interesses e emoções, e se torna uma nova verdade, mas não é verdadeira.” (ARENDR, 1998, p.286).

Sobre o uso do prefixo “pós”, um ponto interessante apontado no estudo é o de que o prefixo não implica, nesse caso da pós-verdade, um período de tempo após a verdade, mas no sentido de que o desejo do indivíduo em saber a verdade já é superado. É como se houvesse uma certa falta de interesse por parte das pessoas em estabelecer como prioridade ter a convicção e a identidade do que a verdade propriamente dita. “Assim, não há preocupação de verificar as bases e fontes do conteúdo, uma vez que há sempre uma leitura pré-programada dos assuntos, o que é, naturalmente, tendencioso pelos eventos sociais”. (ANJOS; DANTAS; SOUSA; CUNHA, 2022, p. 96).

Um artigo publicado no site do *The Economist*, em 2016, intitulado *Art of the Lie* (“Arte da mentira”, em português), apresenta como compreensão de que o prefixo significa que, uma vez que o suposto fato tenha sido divulgado, a verdade não é mais relevante. Dessa forma, é possível conceber as *fake news* e a pós-verdade como diretamente relacionadas ao desejo de uma parcela da sociedade fugir da realidade, de ter como “verdade” apenas as notícias que lhe agradem e criar uma realidade ficcional.

Um ponto interessante mencionado pelas autoras (2022, p. 77 e 78) reside na observação de que, embora o termo “*fake news*” pareça novo, um artigo assinado pelo professor de Comunicação da *Queen Mary University of London*, Nicholas O'Shaughnessy, expõe como as *fake news* eram amplamente utilizadas na máquina de propaganda do nazismo. Além disso, o artigo aponta para alguns casos mais recentes, como a influência russa nas eleições estadunidenses de 2016.

Para Michael Radutzky (2018), produtor do programa jornalístico estadunidense *60 minutes* da *Columbia Broadcasting System* (CBS), uma das principais propriedades da multinacional de mídia e entretenimento *Paramount Global*, seu programa considera como notícias falsas “histórias que provavelmente são falsas, têm enorme tração de apelo popular, os quais são consumidos pela cultura e estão chegando a milhões de pessoas”. O produtor jornalístico ainda argumenta que “essas histórias não são encontradas apenas na política, mas também em áreas como a vacinação, valores de estoque e nutrição”, e “são invocadas por políticos contra a mídia para histórias de que não gostam ou para comentários de que não gostam”. (RADUTZKY, 2018, online).

De acordo com Anjos, Dantas, Sousa e Cunha (2022, p.90), com o advento das redes sociais e a facilidade de alcançar milhares de pessoas em pouco tempo, as *fake news* ganham proporções cada vez maiores. Isso se dá também porque as pessoas têm muita necessidade de partilhar e receber conteúdos, o que, segundo as autoras, acontece por dois motivos: ou porque querem ser os primeiros a divulgar uma informação ou para se mostrarem presentes nas redes sociais. Dessa forma, muitos publicam qualquer tipo de conteúdo sem antes verificar a qualidade das informações ou a sua veracidade.

Para as autoras (2022, p.92), uma maneira de avaliar a importância das mídias sociais para a indústria das *fake news* é observar a fonte de seu tráfego na web, considerando que a principal fonte de referência das redes sociais são o crescimento e o total de seguidores, além de outras como o *feed* de notícias do *Facebook*, os *Trending Topics* do *Twitter*, os *Top Posts* e engajamento no *Instagram* e a quantidade de inscritos no canal e visualizações dos vídeos no *YouTube* e na *Twitch*.

O estudo de Anjos, Dantas, Sousa e Cunha (2022, p.99) conclui que, atualmente, é como se as mentiras fossem “permitidas”, desde que satisfaçam as expectativas de um certo público que esteja disposto a divulgar esse suposto fato, de modo que isso se propague na maior quantidade possível até que se torne “a verdade”.

Recapitulando, as *fake news* são compreendidas sob duas vertentes. A primeira como notícias intencionalmente produzidas para enganar os leitores, por possuírem dados falsos e redigidas por jornalistas e veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV) considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e vendagem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, sem compromisso com a autenticidade e com transgressões da ética jornalística. A segunda vertente, quando produzida e compartilhadas por pessoas maliciosas, picaretas e mal-intencionadas, inclusive também por jornalista sob a mesma qualificação, em sites noticiosos, perfis falsos e verdadeiros, sites visualmente semelhantes a sites conhecidos, em empresas de jornal, rádio ou televisão, para difundir deliberadamente conteúdos falsos, conteúdos fraudulentos e mentiras. (ANJOS; DANTAS; SOUSA; CUNHA, 2022, p. 90).

3.1 *Folha de S. Paulo* e chargistas

Como citado anteriormente, este estudo optou pela análise de oito charges publicadas em diferentes edições do jornal *Folha de S. Paulo*. Trata-se do jornal impresso de maior circulação do Brasil e o segundo jornal com maior número de leitores considerando os meios digitais, sendo esse um dos motivos para a escolha do objeto.

O jornal foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 com a alcunha de *Folha da Noite*, por um grupo de jornalistas liderados por Olival Costa e Pedro Cunha. Inicialmente, o público alvo do jornal consistia na classe média e operária paulista. De acordo com Pinelli (2013, p. 71), em 1925 a empresa é ampliada com a criação do matutino *Folha da Manhã*, em 1931, a *Folha da Noite* é vendida para Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, que mudaram também a linha editorial do jornal, passando a defender interesses dos produtores rurais paulistas.

Em 1945, o jornalista José Nabantino Ramos assume o controle acionário da empresa, alterando a nomenclatura da razão social do jornal para *Folha da Manhã S.A.*, e quatro anos depois é fundada também a *Folha da Tarde*. Somente em 1960 é que os três títulos da empresa (*Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*) são incorporados em apenas um nome que persiste até atualmente, a *Folha de S. Paulo*.

Segundo Bonsanto (2012), em 1962, em decorrência de graves problemas econômicos, o controle da empresa é passado aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Em 1967, já com os problemas financeiros estabilizados, o jornal tornou-se o primeiro no Brasil a realizar impressão em cores. Conforme o autor, em 1984, já consolidado como um dos maiores jornais do país, é publicado o primeiro projeto editorial do jornal e também o *Manual de Redação*, projeto que defendia um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. Dois anos depois, em 1986, a Folha se torna o jornal diário de maior circulação do Brasil.

No horizonte da Folha – levamos em consideração aqui – estava a celebração dos seus 100 anos, que seria comemorado oficialmente pela empresa em fevereiro de 2021. Para dar conta de tamanho acontecimento o jornal publicou, em 28 de fevereiro, uma edição especial divulgada como “a maior sequência impressa de cadernos da sua história”. O suplemento de 144 páginas repleto de anúncios, depoimentos, entrevistas e matérias históricas fora considerado pela empresa como um “marco para o jornalismo profissional”, legitimando a importância da Folha num momento em que o jornalismo sofria severas críticas e ataques. (BONSANTO, André. 2021, p. 12).

Outro motivo para a escolha da Folha e, especificamente, da edição dos 100, é o fato de o jornal publicar charges de diferentes chargistas em diferentes períodos da história do Brasil, numa tentativa de resgatar a memória do jornal.

Sobre memória, Bonsanto (2021, p.04) procura reforçar a ideia de que os jornais, principalmente os centenários, como no caso da Folha, se utilizam do passado como estratégia para a legitimação de seus discursos, buscando criar efeitos de sentido entre a história, a tradição e a memória.

Zelizer *apud* Bonsanto (2021, p. 06) chama esses elementos como “padrões de autoridade” do jornalismo, construídos e legitimados historicamente, por isso os jornais necessitam constantemente reforçar e rerepresentar suas tradições nos mais diversos contextos para atingirem a finalidade de se autopromover como porta-vozes legítimos dos acontecimentos que relatam.

Sobre a declarada independência do jornal, Fabiane Barbosa Moreira (2006, p.90 e 91) cita o filósofo e professor José Arthur Giannotti, que afirma que a *Folha* possui uma pseudo-igualdade e uma pseudo-independência. De acordo com o filósofo, isso prejudica o processo democrático do Brasil. No entanto, isso não é um problema exclusivo da *Folha*, mas também da imprensa brasileira de uma maneira geral, que possui seus próprios interesses e utiliza justamente dessa “pseudo-independência” para mascarar uma realidade que, para ela, pode não ser conveniente.

3.1.1 Laerte Coutinho:

Autora de quatro das oito charges que compõem o *corpus* deste estudo, Laerte Coutinho é considerada uma das mais importantes cartunistas e chargistas do país atualmente. A artista, que se identifica como transgênero, além de diversas colaborações com veículos como as revistas *Veja* e *Istoé*, participou de publicações em *O Pasquim*, jornal impresso reconhecido por seu papel de oposição ao regime militar no Brasil. Desde 2012, é co fundadora da Associação Brasileira de Transgêneros - ABRAT e publica charges na *Folha de S. Paulo* desde 2014. Em estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2013, Diogo Duarte da Fonseca é capaz de mostrar um pouco da dimensão de Laerte não somente no âmbito cartunista, mas também por conta de sua vida pessoal:

Se os dez maiores quadrinistas do Brasil fossem intimados a escolher o mais inventivo dos quadrinistas em atividade do país, provavelmente nove deles apontariam o nome do autor paulista Laerte Coutinho – e a exceção seria o próprio Laerte, que jamais se escolheria. A brincadeira é um exagero, mas não sem retrato na realidade: é só notar que o quadrinista e chargista Angeli não se furta a associar o nome do colega ao adjetivo genial e o quadrinista André Dahmer, de uma geração mais nova, costuma chamar Laerte de Deus e até criou uma sessão periódica no seu site intitulada “Laerte monumental”, com tiras do autor. (FONSECA, 2013, p. 39).

Laerte começou sua trajetória no início da década de 1970 com a revista “Sibila”, posteriormente fundando a revista “Balão” em 1972. Nos anos de 1974 e 1975, produziu cartuns e quadrinhos engajados para campanhas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Muitas de suas produções, de acordo com Fonseca (2013, p. 39 e 40), protestavam em defesa dos presos políticos no país no período da ditadura militar.

FIGURA 1 - REVISTA BALÃO



Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: ALVES, Pablo Abreu (2018, online).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, Laerte realiza seus primeiros trabalhos com Angeli e Glauco, outros nomes estabelecidos no universo dos cartoons no Brasil. No entanto, para Fonseca, é a partir de 2004 que o trabalho da chargista tem uma alavancada:

É a partir de 2004 que seu trabalho começou a dar uma guinada. Até ali, Laerte era um humorista diferenciado, que abusava de tiradas surreais e, por exemplo, da metalinguagem. Público e crítica, acostumados com as tradicionais tirinhas de humor dos jornais impressos brasileiros e do próprio autor, muitas vezes manifestaram estranhamento em relação a essa nova fase do autor na Folha de São Paulo, que ele mesmo define como uma “crise” e que contou com reações positivas e negativas. (FONSECA, 2013, p. 41).

Além disso, não há como não ressaltar a importância de Laerte em relação às questões de gênero desde que a mesma veio a público falar sobre sua transgeneridade em entrevista para a revista “Bravo!”, em 2010, ainda mais se levarmos em consideração que as discussões a respeito desse tema, ainda há poucos anos atrás, era escassa e seus estudos estavam mais restritos à comunidade acadêmica, o que revela ainda mais a importância de Laerte para além do universo dos cartoons, como reforça Diogo da Fonseca:

É bom ressaltar que a grande parcela da atenção da popularidade que Laerte vem ganhando tem relação também com o fato de ter vindo a público falar de sua transgeneridade – em um primeiro momento, o escritor se assumiu como crossdresser, termo que viriam a rejeitar posteriormente por seu elitismo, que supunha um “travesti de classe média – em uma entrevista para a revista Bravo! de 2010. Em certa medida, como ele mesmo já colocou, esse questionamento dos limites dos gêneros tem um paralelo com a busca por fugir também das fórmulas prontas nas narrativas em quadrinhos. (FONSECA, 2013, p. 42).

FIGURA 2

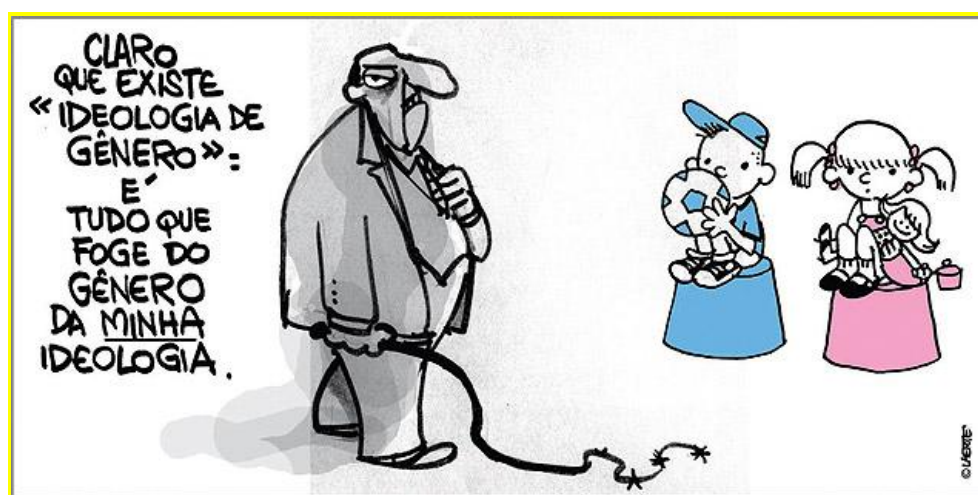


Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 23/06/2015.

Hadriel da Silva Theodoro também reforça a importância da declaração de Laerte, em estudo realizado no corrente ano:

(...) é constantemente pauta de inúmeras produções midiáticas, veiculadas nos mais diferentes meios de comunicação, e, nesse ínterim, começou a figurar como um ícone à comunidade LGBT brasileira, tanto pelo fato de se reconhecer como pessoa transgênera quanto por ser ativista, comprometendo-se com suas causas.

3.1.2 Marília Marz:

Marília Marz iniciou como chargista na *Folha* em 2021. Suas charges são publicadas aos sábados, tanto na versão impressa quanto na versão digital. Formada em arquitetura, seu primeiro quadrinho longo, de título “Indivisível”, foi também o tema de seu trabalho de conclusão de curso e tem uma narrativa sobre a cultura negra e leste asiática no bairro da Liberdade, em São Paulo.

Em estudo de Leonardo Rodrigues dos Santos (2020, p. 14), o autor chama a atenção para o trabalho “Indivisível”, de Marília Marz, realizado em 2018, que representava o apagamento da população negra por parte da população branca, tema que permeia outros trabalhos da autora e também de outros artistas negros.

Na pesquisa das produções dos quadrinistas Junião, Rafael Calça, Marília Marz, Jefferson Costa e Marcelo D’Saete, observam-se dois elementos que permeiam seus trabalhos e possibilitam a construção de diálogos com elementos da afro-brasilidade: a resistência e a memória. Resistência não só como forma de sobreviver, mas de ressignificar a própria existência e a da coletividade; entender a si como uma pessoa negra no Brasil e sentir orgulho disso. E memória, como instrumento de perpetuação de tradições e histórias pessoais ou coletivas, tendo o passado como um exemplo de como o futuro deve ou não ser. Resistência e memória caminham lado a lado na história da população negra no Brasil, e podem ser observadas em alguns quadrinhos. (SANTOS, 2020, p. 18).

FIGURA 3 - INDIVISÍVEL

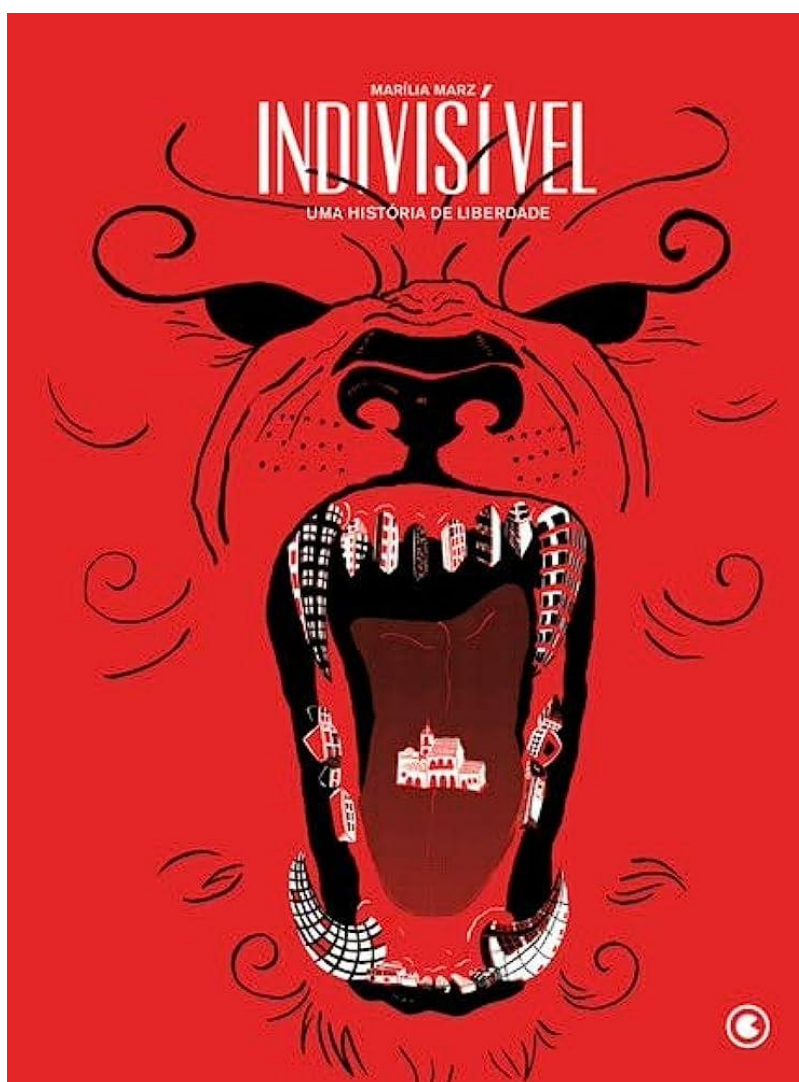


Ilustração: Marília Marz. Fonte: RAMOS, Ricardo (2020, online).

Outro estudo interessante de mencionarmos é o de Giovanna Carrozzino Werneck, de 2018, titulado “Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos”. Nele, a autora chama a atenção para o destaque recente de artistas mulheres num espaço predominantemente dominado por homens, onde “(...) ainda é predominante o discurso de que tais textos são feitos por homens e para homens, sendo as mulheres representadas pelo olhar masculino”. (WERNECK, 2018, p. 65).

Assim, Werneck reforça que nos dias atuais o universo das charges ainda é essencialmente masculino, e que a luta das mulheres para conquistarem esse espaço ainda é constante.

Empreender uma análise histórica e política de charges produzidas por mulheres significa conceber tais trabalhos como atos de fala que perpassam a ordem do público e cujo pronunciamento se realiza no âmbito das interações que a charge estabelece com outros atos de fala enunciados, providos de sentidos construídos por um dado momento histórico e carregado de valores, normas, costumes associados aos papéis sociais de homens e mulheres. Essa relação se constitui em meio a lugares institucionais situados em diferentes níveis hierárquicos entre o masculino e o feminino, que especificam a autoridade de que tais atos de fala se revestem, tendo em vista o contexto sócio-histórico. Sendo assim, produzir charges implica – para as mulheres - ocupar espaços, apropriar-se de discursos proibidos e silenciados, subverter a ordem instituída, criar tensionamentos pelo humor e pela crítica com certa liberdade e autonomia, necessários para potencializar transformações no tecido social. (WERNECK, 2018 p. 83).

Portanto, é importante chamar a atenção para a luta das mulheres na conquista dos espaços públicos predominantemente dominado por homens, e isso inclui o universo das charges e dos cartoons, já que “(...) fomentar a produção de charges políticas por mulheres é, antes de tudo, resistir à onda conservadora que assola o país e traz consigo a possibilidade de levar a nós, mulheres, às restrições do confinamento ao ambiente privado e do silenciamento de nossos discursos, desejos e corpos.” (WERNECK, 2018, p. 83 e 84).

FIGURA 4



Ilustração: Marília Marz. Fonte: Facebook (Marília Marz), 08/03/2023.

3.1.3 Jean Galvão

A respeito dos autores das charges selecionadas presentes no próximo capítulo, as duas primeiras têm autoria de Jean Galvão, cartunista, desenhista e chargista da segunda página da *Folha de S. Paulo* desde 1999. Nascido em Cruzeiro, cidade do estado de São Paulo, atualmente tem 51 anos.

Em seu perfil na rede social *LinkedIn*, Jean Galvão destaca que nos últimos 25 anos tem se dedicado à criação de charges, quadrinhos, cartuns e ilustrações para uma variedade de veículos de comunicação, principalmente livros didáticos. Também é autor de alguns livros infantis, como “Sombrinhas”, publicado pela Companhia das Letrinhas, “Incrível Eu”, pela Editora Caramelo e “Vó”, uma coletânea de tirinhas. Além da *Folha de S. Paulo*, Jean Galvão também produziu publicações para o *Canal Um Brasil*, *Runner 's World* e a revista *Recreio*, além de algumas empresas estrangeiras, como a *National Geographic Kids*, dos Estados Unidos e a *Focus Junior*, da Itália.

Um estudo de doutorado de Priscila de Melo Merenciano, que teve como objeto de análise várias charges de Jean Galvão, define as principais características e peculiaridades das charges do autor.

Nas charges de Jean, percebemos como característica marcante o uso de uma enunciação mais “séria”, que dialoga ora com as informações presentes nos artigos de opinião que cercam a charge, ora no corpo do jornal, nas informações que compõem a capa, essa enunciação apresenta a charge e é, logo em seguida, negada ou colocada em dúvida pelo enunciado. (MERENCIANO, 2017, p. 158).

FIGURA 5

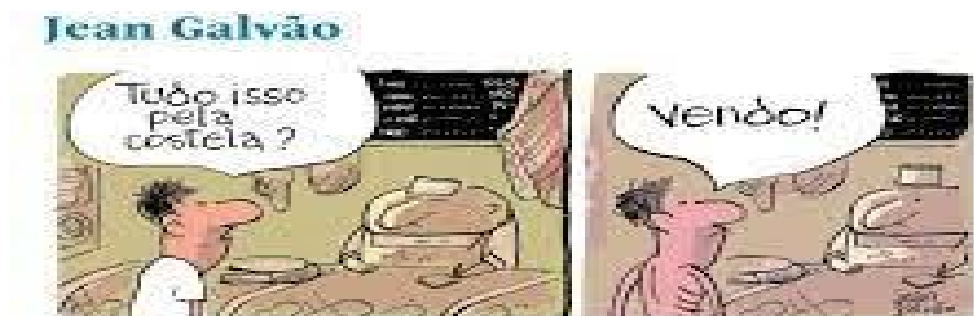


Ilustração: Jean Galvão. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 16/10/2021

3.2 Fake news e imprensa: a verdade dúbia

De acordo com Gilson Cruz Junior (2019, s/p.), o Brasil é um dos países com maior produção, circulação e consumo de notícias falsas do mundo. O impacto desse fenômeno em eventos como eleições presidenciais de países como os Estados Unidos em 2016 e no próprio Brasil em 2018, por exemplo, faz com que esse tema figure em pautas acadêmicas, jornalísticas e políticas, gerando discussões posteriores que acionam temas fundamentais como a liberdade de expressão e o equilíbrio democrático.

Retomando a discussão sobre a pós-verdade, ao contrário do que pensa o senso comum para Cruz Junior, a inclinação da imprensa e dos políticos ao falseamento e à distorção da realidade se trata, na verdade, de uma “alteração na percepção e no comportamento das pessoas no sentido de uma perda da primazia da verdade como princípio estruturante da sociedade e das decisões de interesse público e privado”. (CRUZ JUNIOR, 2019, s/p.).

Essa conjuntura, segundo o autor, deu origem a manifestações de populismo numa realidade cada vez mais complexa e instável, somando-se à ascensão e consolidação de uma era onde usuários da internet e redes sociais deixam de ser apenas consumidores de informação, mas adquirem também o status de produtores de conteúdo.

Assim, atividades que antes eram exclusivamente realizadas por profissionais, como o próprio jornalismo, tornaram-se disponíveis para as pessoas comuns. Entre os efeitos dessa mudança, destacam-se o aumento exponencial na oferta de informações e a queda inversamente proporcional da qualidade e confiabilidade dos conteúdos em questão, fator que costuma estar intimamente ligado à emergência das fake news. (CRUZ JUNIOR, 2019, s/p.)

Dessa forma, a seguir temos a Figura 6, primeira charge que compõem o *corpus* deste estudo, de autoria do chargista Jean Galvão e publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 15 de dezembro de 2019, início da pandemia, ilustra dois homens de meia idade conversando, sendo que um deles, ao mesmo tempo, está utilizando um aplicativo no celular e avisa ao outro que vai postar uma informação num grupo de mensagens.

FIGURA 6



Ilustração: Jean Galvão. Fonte: Folha de S. Paulo, 15/12/2019.

O outro personagem presente na figura tenta alertá-lo sobre a possibilidade de a informação ser *fake news*, e que isso poderia “se espalhar pelo globo”. A resposta-pergunta do personagem com o celular, que é responsável por dar um sentido de ironia à charge, “Que globo?”, pode ser entendida se levarmos em consideração o contexto de que a maior empresa de jornalismo no Brasil, a Rede Globo de Comunicação, foi e ainda é alvo constante de críticas e ataques da extrema-direita brasileira, e da sua emergência durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, que durante todo o seu mandato teve uma relação tumultuada com os veículos de comunicação e sempre incentivou seus apoiadores a boicotarem qualquer tipo de conteúdo da maior emissora do país, principalmente os telejornais, dando origem à frases como “Isso a Globo não mostra”.

Com essa observação é possível concluir que a representação, por meio do personagem em posse do celular, a falta de compromisso com os fatos, e sua disposição

em publicar uma informação sem conferir sua veracidade, possivelmente uma *fake news*, num grupo com outras pessoas, num aplicativo de mensagens. Representa o cidadão brasileiro simpatizante dos ideais negacionistas que recebe e repassa informações falsas para outras pessoas, principalmente via aplicativos de mensagens em celulares.

De acordo com Eliana Regina Lopes Loureiro (2018, p.11), ainda que “vazio ideologicamente”, o “Isso a Globo não mostra” é uma manifestação, além de “contra tudo o que está aí” (frase do ex-presidente e ídolo da extrema-direita brasileira durante a campanha eleitoral na qual saiu vitorioso, em 2018), também uma tentativa de romper com o poder midiático vigente e contestá-lo.

A autora cita alguns comportamentos e variáveis que facilitam a produção e a disseminação de *fake news*:

O primeiro é o ambiente de alta polarização política que não favorece nem o debate racional nem o apreço pelo consenso. O segundo é a descentralização da informação, por causa da ascensão dos meios de comunicação alternativos e independentes, propiciada pela internet. Parte dos novos canais tem uma agenda política, e seus compromissos propagandísticos e ideológicos suplantam qualquer compromisso de informação factual. O terceiro é o ceticismo generalizado entre as pessoas quanto às instituições políticas e democráticas – sendo os principais os governos, os partidos e os veículos de mídia tradicional (PEROSA *apud* LOUREIRO, 2018, p.13).

Ainda para Eliana Loureiro (2018, p.14), o fenômeno das *fake news*, além de atual, precisa ser combatido compreendendo as suas bases, ou seja, combatendo aquilo que permite que as *fake news* ocorram, ou seja, a desinformação. Para a autora, que analisou em estudo algumas postagens a partir do termo “Isso a Globo não mostra”, que a emissora carioca é vista por apoiadores do ex-presidente como uma inimiga do povo, alguém que oculta e manipula informações verdadeiras e transmite informações falsas com o objetivo de prejudicar o governo e seus simpatizantes. Além disso, há um contraponto, muitos veículos de comunicação, entre eles jornais, canais de televisão, rádios e influenciadores digitais receberam nesse período verbas governamentais bastante expressivas para viabilizar idéias reacionárias e negacionistas. Exemplo disso é a rede de rádio e televisão *Jovem Pan*, que sofreu centenas de processos pela distribuição de *fake news*. Sobre isso a autora destaca que:

A imprensa vem perdendo sua legitimidade no papel de guardião da democracia e do papel do Estado, pois é muitas vezes confundida com um veículo de dominação e manipulação (visão ultrapassada de Adorno e Horkheimer, mas que permanece viva na mente da opinião pública). No entanto, Charaudeau esclarece que a mídia não tem esse poder, uma vez que ela também é um negócio, à mercê das leis do comércio e preferência de seus consumidores, mais do que isso, ela também responde ao Estado, este sim, detém o poder. (LOUREIRO, 2018, p.14).

Nesse sentido é bastante evidente que a falta de uma política de comunicação adequada pode levar os veículos da imprensa a assumir uma postura de cumplicidade, quando não de conluio com a reprodução de *fake news*. Os meios e os profissionais de jornalismo devem estar atentos a essas questões, sob pena de perderem sua credibilidade ou sua concessão de funcionamento.

Outra interpretação possível para a charge de Jean Galvão é a questão do terraplanismo, teoria refutada pela ciência há cerca de dois mil anos, mas que tem ganhado cada vez mais simpatizantes. De acordo com o Instituto Datafolha, no ano de 2020, 7% dos brasileiros dizem acreditar que o planeta Terra é plano. Ou seja, onze milhões de pessoas acreditam na teoria refutada cientificamente.

De acordo com Gilberto Amendola (2020), esse grupo de pessoas reconhecidas como “terraplanistas” estava praticamente quando a internet, com maior ênfase, as redes sociais, deram uma sobrevida à essa teoria, “(...) que hoje é quase uma bandeira política, anti-intelectualismo, contra o *establishment* e com pendor conspiracionista”. (AMENDOLA, 2020, online).

Um estudo de Thalyta Gonçalves Bertotti (2020, p. 198) afirma que tais pessoas acreditam que tudo aquilo que é comprovado cientificamente sobre o planeta Terra é uma farsa arquitetada por diferentes grupos e organizações. Isso tem prejudicado o conhecimento já adquirido em diversas áreas como a Geologia e a Física. Para essas pessoas, os cientistas são desonestos por supostamente trabalharem a favor desses grupos e organizações, acusando de “globalista” qualquer tipo de teoria científica contrária ao terraplanismo. Thalyta chama a atenção para um dado interessante a respeito da escolaridade dos simpatizantes da Terra plana:

Somada às informações anteriores está a pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, em julho de 2019, na qual foi estimado que 7% dos brasileiros acreditam que o formato da Terra é plano, isso significa mais de 11 milhões de pessoas. Dentre os entrevistados, os grupos que mais se sobressaíram foram os jovens abaixo de 25 anos e os idosos acima dos 60 anos. Ainda nessa pesquisa, a crença no terraplanismo se mostrou inversamente proporcional à escolaridade, isto é, quanto menor a escolaridade, maior a chance de acreditar no terraplanismo e vice-versa. (BERTOTTI, 2020, p. 200).

Um dos pontos mais preocupantes disso, para Bertotti (2020, p. 201), é a falsa ideia de que o terraplanismo possui o mesmo “peso” que a teoria heliocêntrica, o que abre margem para essas pessoas pensarem que se trata de uma escolha pessoal, que não há um consenso de fato sobre o formato da Terra.

O motivo pelo qual não podemos ensinar o terraplanismo como uma teoria à altura de outras teorias científicas que já são ensinadas é porque ele manifesta as principais características de uma teoria da conspiração. Alguém poderia dizer que um terraplanista nem sempre é um conspiracionista; no entanto, um terraplanista não conspiracionista não se mantém terraplanista por muito tempo, dado que há inúmeras fontes confiáveis de informação que dispõem de evidências acerca da forma da Terra. (BERTOTTI, 2020, p. 202).

Diante desse cenário, uma possível solução apontada por Bertotti é a de encontrar uma solução equilibrada entre o respeito à ciência e as críticas que podemos fazer a ela. A equiparação adotada pelos terraplanistas é uma falácia de falso dilema.

Contudo, sabemos que essa é apenas uma das formas de se enfrentar o problema e que outras questões ainda podem ser colocadas como, por exemplo: os professores de ciências têm discutido com os seus alunos os motivos pelos quais as teorias que ensinam são confiáveis? Ou as razões pelas quais eles ensinam aquelas e não outras? Em que nível essa discussão deve ser feita? Uma abordagem puramente conceitual do ensino de ciências é suficiente para discutir esses motivos? (BERTOTTI, 2020, p. 203).

FIGURA 7



Ilustração: Jean Galvão. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 10/01/2021.

Na Figura 7, também de autoria de Jean Galvão e publicada no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 10 de janeiro de 2021, caricatura-se um homem enviando uma mensagem de voz num grupo em um aplicativo de mensagens, repassando uma informação falsa. Essa tese da vacinação forçada foi muito propagada por grupos negacionistas durante a pandemia da Covid-19, tanto no Brasil quanto em outros países que sofreram as consequências das *fake news*. Na charge bastante sarcástica, o personagem afirma que drones estavam vacinando pessoas à força, e que isso tinha acontecido com ele, sendo que para elucidar o caso fotografa um inseto, semelhante a um pernilongo, e afirma que o inseto seria o drone responsável por vaciná-lo contra a sua vontade.

Para uma melhor contextualização do cenário brasileiro durante a pandemia, o estudo de Mercedes Neto, Tatiana de Oliveira Gomes, Fernando Porto, Ricardo Russo Rafael, Mary Hellem Fonseca e Julia Nascimento, intitulado “*Fake News no cenário da pandemia da Covid-19*”, se mostra útil. No Brasil, o primeiro caso de *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-Cov 2), mais conhecido pela sigla Covid-19, foi notificado em 22 de janeiro de 2020. Quatro dias depois, o caso foi confirmado e considerado o primeiro da doença no país e em toda a América Latina. “*Desde então, os casos multiplicaram-se em progressão geométrica, levando o Brasil a tomar medidas*

preventivas como outros países, principalmente do continente Europeu, em especial o isolamento social". (NETO; GOMES; PORTO; RAFAEL; FONSECA; NASCIMENTO, 2020, p.03).

De acordo com as autoras, muitas informações e notícias compartilhadas nas redes sociais criaram uma rede de pseudo informações, que se transmitiram numa velocidade maior do que a do próprio vírus, "contamina a comunicação e promove ações e comportamentos contrários às orientações das autoridades técnicas no campo da saúde". (NETO; GOMES; PORTO; RAFAEL; FONSECA; NASCIMENTO; 2020, p.03).

Para João Henrique de Sousa Júnior, Michele Raasch, João Coelho Soares e Letícia Ribeiro, as *fake news*, geralmente, possuem um texto afirmativo, o que leva as pessoas que não checam as informações a acreditarem mais facilmente e compartilharem a informação falsa. Sobre as *fake news* relacionadas à pandemia da Covid-19, as mensagens falsas "estão espalhando desinformação e medo, o que acaba atrapalhando o trabalho dos órgãos envolvidos na contenção desse novo vírus." (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p.332).

Ainda para os autores, as *fake news* sobre a pandemia se espalharam numa velocidade muito grande, "talvez tão grande quanto a velocidade de disseminação do novo vírus" (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p.336), impulsionadas, principalmente, pelas mídias sociais. Além disso, levando em consideração o contexto citado anteriormente representado pela Figura 5, o do aumento do descrédito das informações repassadas pelos tradicionais veículos de comunicação, as informações falsas espalhadas durante o período pandêmico foram, sem sombra de dúvidas, um desafio e um risco para a saúde pública do Brasil.

Já outro estudo do qual participou Sousa Júnior, também sobre o fenômeno das *fake news* no cenário político brasileiro, os resultados apontaram que a internet e as mídias sociais como as principais responsáveis pela disseminação de notícias falsas, considerando que a quantidade de cliques de acesso em conteúdos falsos de cunho sensacionalista, e que muitas vezes estimulam o ódio, "fez surgir um novo modelo negócios altamente rentável que tem como objetivo principal desinformar uma parcela da população manipulando-a com informação falsa" (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p.336).

Se, de um lado, dentro do contexto político, o compartilhamento de notícias falsas tem como finalidade vantagens políticas e econômicas, de outro, percebe-se que, na área de saúde, a disseminação de Fake News instaura o medo e o caos entre seus receptores, trazendo problemas graves em relação à luta que os órgãos de saúde travam para conscientizar e prevenir a população de diversas patologias, por exemplo, o caso do sarampo no Brasil, doença erradicada nacionalmente, porém, após uma série de informações falsas que mobilizou uma parcela da sociedade a se voltar contra a vacinação, culminando na volta da doença a níveis alarmantes no Brasil, houve mais de 13 mil casos confirmados e 15 mortes no ano de 2019 (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p. 336).

Portanto, nessa busca incessante por conhecimento sobre a Covid-19, algumas pessoas acabam confiando em qualquer tipo de informação que encontram em suas redes sociais, sem verificar a sua veracidade. Assim, são disseminadas notícias falsas de diversos conteúdos, seja sobre “receitas milagrosas, falsas notícias sobre a origem da doença, profecias e meios de prevenção que não funcionam” (SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p.342).

Uma das principais formas de criação e disseminação de *fake news*, para Freire e Goldschmidt (2021, p. 05), “(...) é se infiltrar em uma comunidade de pessoas engajadas em discutir determinado assunto.” Além disso, é importante considerar que a partir do momento que a notícia falsa seja publicada e, em seguida, propagada, seu potencial de disseminação aumenta proporcionalmente.

3.3 Fake news e redes sociais: principal meio de propagação

Estudo de Caroline Delmazo e Jonas Valente (2017, p. 159) sobre a propagação de *fake news* nas redes sociais, a ampliação do consumo de notícias falsas nesses meios fomenta um novo tipo de concorrência com as mídias tradicionais, o que é potencializado pela crescente desconfiança do público com a chamada grande mídia.

No Brasil, fenômeno parecido ocorreu na semana que antecedeu a votação da abertura do processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: três das cinco notícias mais partilhadas no Facebook eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), que investigou o desempenho de 8.290 reportagens, publicadas por 117 jornais, revistas, sites e blogs noticiosos entre 12 a 16 de abril de 2016 (Sanhotene & Silveira *apud* Delmazo; Valente. 2017, p. 159).

A Figura 8, charge de Laerte Coutinho, ilustra essa relação de *fake news* e redes sociais. Publicada na *Folha de S. Paulo* em 26 de janeiro de 2019, é ilustrada por um homem com a faixa de presidente do Brasil que compra em um caixa de supermercado um pacote de disparo de *fake news*. Ela remete diretamente ao chefe do poder executivo nacional e revela a disposição do governo desse período em fomentar a desinformação e boicotar a vacinação.

FIGURA 8



Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 26/11/2019.

Anjos, Dantas, Sousa e Cunha (2022, p.96) reforçam que uma sociedade organizada que não prioriza o combate às *fake news* “corre o risco de cair nas graças de um poder imoral, singular e centralizado”, que se aproveita do caos para manipular a população em prol de seus próprios interesses, mascarando a verdade e alimentando o desejo de poder de grupos interessados na desinformação. Para nutrir essas redes, teria sido criado, em âmbito governamental, um espaço denominado de “gabinete do ódio”, apenas para criar, fomentar e disparar *fake news*.

Um fator que pode ter contribuído para o aumento da disseminação dessas notícias falsas no período pandêmico no Brasil é a simpatia ideológica dos apoiadores do governo em concordar com todos os disparates, posicionando-se radicalmente contra princípios científicos. De acordo com os autores, os estudos de Gordon Pennycook e David Rand, de 2019, apontam que os indivíduos acreditam mais facilmente em notícias falsas quando

estas vão de acordo com sua ideologia política, “e isso faz com que a comunicação entre as pessoas, em momentos sérios como o da atual pandemia do Covid-19, seja repleta de informações duvidosas.” (PENNYCOOK e RAND *apud* SOUSA JÚNIOR; RAASCH; SOARES; RIBEIRO; 2020, p. 336).

Para os autores Paulo M.S. Freire e Ronaldo Goldschmidt (2021, p.03), historicamente, a divulgação de notícias era restrita às mídias tradicionais, como o rádio, a tv e os meios de comunicação impressos. “A migração para as mídias sociais virtuais tem como uma das principais causas a facilidade de acesso a esses meios e o baixo custo,” considerando que qualquer pessoa com um celular *smartphone* com acesso à internet pode receber e repassar conteúdos para outras pessoas. Por outro lado, essa maior acessibilidade é justamente o motivo que possibilita que qualquer pessoa, independente da credibilidade da fonte, possa disseminar a notícia falsa.

Retomando Anjos, Dantas, Sousa e Cunha (2022, p. 89), tradicionalmente, as notícias jornalísticas e veículos de comunicação são obrigadas a seguir rígidos códigos de ética e de prática, porém, a internet possibilitou uma nova forma de publicação e compartilhamento de informações e notícias, muitas que se confundem ou se “mascaram” como notícias, com pouca regulamentação ou padrões editoriais.

Dessa forma, a divulgação de notícias falsas, apesar de ser um problema antigo, teve a sua complexidade aumentada, de forma significativa, com o uso das mídias sociais virtuais. Um segmento ainda mais preocupante abrange as Fake News, que são as notícias falsas publicadas de forma intencional, pois uma inverdade premeditada tende a ser mais bem elaborada e, conseqüentemente, mais eficaz no seu principal objetivo que é a mudança de opinião. Essa proliferação de notícias intencionalmente falsas, normalmente, não atinge somente a integridade jornalística, mas também causa perturbações em áreas sociais, políticas, econômicas, culturais, da saúde e da segurança. (FREIRE e GOLDSCHMIDT, 2021, p. 03).

Os dois autores também chamam a atenção para dois termos que servem como auxílio para diferenciar uma notícia falsa de uma notícia intencionalmente falsa. “A *misinformation* corresponde às notícias falsas publicadas pela falta da informação verdadeira, enquanto que a *disinformation* diz respeito às notícias propositalmente falsas, denominadas Fake News”. (FREIRE e GOLDSCHMIDT, 2021, p. 04).

No entanto, independente do objetivo, reforçam os autores que a recente proliferação de notícias falsas e mal-intencionadas têm sido uma grande preocupação por parte de autoridades e estudiosos sobre o tema. “Essa apreensão se deve pela

constatação do poder de influência das Fake News na sociedade” (FREIRE e GOLDSCHMIDT, 2021, p.04).

- preferem receber informações que confirmem as suas opiniões sem, necessariamente, verificarem a veracidade da notícia;
- tendem a aceitar as informações não pela análise da verdade, mas pela relação de ganhos e perdas que a notícia vai trazer para elas;
- tendem a avaliar as informações não pela busca da veracidade, pois acabam acompanhando a aceitação dos outros.

Além da influência das Fake News ser potencializada pelas características humanas, outra razão que as fortalece nas mídias sociais virtuais é a facilidade dos usuários, também denominados de agentes, publicarem e/ou propagarem as notícias. (FREIRE e GOLDSCHMIDT, 2021, p.04).

Quanto ao uso do WhatsApp, de acordo com Michelly Purz (2023), do site *Messenger People*, o Brasil é o segundo país do mundo com maior número de usuários no aplicativo de mensagens, atrás apenas da Índia. Essa estatística demonstra que as *fake news* governamentais atuaram severamente contra a população resultando numa tragédia com milhares de mortes.

FIGURA 9



Ilustração: Marília Marz. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 30/10/2021.

Sobre a Figura 9, da autora Marília Marz e publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 30 de outubro de 2021, a charge representa um baú gigante com a palavra “desinformação” colada em sua base. O personagem que está fora do baú fala para o personagem que está dentro dele, apenas com as pernas de fora, que representa também o ex-presidente Bolsonaro, que ambos precisam começar a *live*, uma transmissão que o ex-presidente realizava semanalmente em seus canais nas redes sociais durante todo o seu governo.

A resposta do personagem dentro do baú e que dá o sentido de ironia à charge (“Espera, achei uma boa!”) mostra o ex-presidente procurando mais uma desinformação para transmitir a seus apoiadores em sua *live*. Outro ponto interessante de se observar na charge é a presença de alguns ossos dentro do baú gigante de desinformação, o que pode explicar uma tentativa da autora em representar as pessoas que estavam morrendo durante a pandemia da Covid-19 no Brasil por não seguirem as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e adotarem os conselhos do presidente brasileiro na época e de seus simpatizantes.

Por isso, considera-se que as fake news, a priori, são conteúdos informacionais que aparentam ser verdadeiros, em algum grau podem remeter a verdade ou remontar a situações verídicas para tentar se mostrar confiáveis. Por isso há de ser ter cuidado, porque as fake news não são apenas aquelas extremamente irônicas, que têm o intuito de serem engraçadas e provocar o leitor, elas buscam disseminar boatos e inverdades com informações que não estão 100% corretas sobre pessoas, partidos políticos, países, políticas públicas. Muitas vezes uma simples palavra modifica todo o conteúdo original e verídico, mas que sob intervenção de pessoas maliciosas e inescrupulosas alteram o sentido e servem de arma política. Elas não vão aparentar ser mentira, ainda mais se acreditamos que elas podem ser verdadeiras – mas não são. (ANJOS; DANTAS; SOUSA; CUNHA, 2022, p.89 e 90).

Levando-se em consideração o contexto político do governo e sua relação com *fake news*, percebemos que seus apoiadores nas redes sociais, atuavam com muitos perfis falsos, que eram geralmente robôs, interagindo em *posts* e publicações de Bolsonaro e aumentando o seu engajamento nas plataformas digitais, principalmente por meio de WhatsApp. Nessa charge, é possível compreender a tentativa da autora de representar o ex-presidente e seus apoiadores que produzem, recebem e disseminam notícias falsas em aplicativos de mensagens de celular. Apesar do sentido satírico da mensagem, é trágico pensar que no momento da pandemia mais avassaladora da sua

história, o Brasil tinha como grande propagador de *fake news* nada mais, nada menos, que o próprio presidente da República.

Suas falas questionavam a gravidade da epidemia, a acelerada propagação do coronavírus, a necessidade de vacinação e a eficiência do distanciamento social. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a falta de uma política de saúde pública governamental, está alicerçada no fato de que apenas 12 estados da federação tinham políticas estáveis de isolamento social, enquanto os demais procuravam fazer o enfrentamento ao vírus de acordo com a gravidade do momento. Rodrigo Fracalossi de Moraes, em “Covid-19 e medidas legais de distanciamento social”, evidencia que as notícias falsas disseminadas em torno do tema prejudicaram a adoção de normas de distanciamento em vários estados do Brasil, segundo ele:

(...) se mantém no país uma política descentralizada de distanciamento social, havendo variação significativa no grau de rigor destas medidas entre os diferentes estados e municípios. Tal variação é indicada também pela existência de estratégias de saída da quarentena em doze estados e ausência destas nos demais. Estas características tornam provável a ocorrência de políticas de distanciamento instáveis, em que períodos de relaxamento e de aumento do rigor das medidas de distanciamento social se alternarão. (MORAES, 2022, p. 09).

Outra interpretação possível para a Figura 9 está na relação da charge com o mito da “Caixa de Pandora”. Na mitologia grega, a Caixa de Pandora é um objeto extraordinário onde os deuses do Olimpo colocaram todos os pecados do mundo. O titã Prometeu, reconhecido por sua inteligência e por ser um defensor da humanidade, roubou o fogo de Zeus, o deus dos deuses, e o entregou aos mortais. Como vingança, Zeus encarregou ao deus ferreiro, Hefesto, e à deusa da justiça, Atena, de criarem Pandora, a primeira mulher a viver com os humanos na Terra. Antes de ser enviada à Terra, no entanto, Zeus entregou à Pandora uma caixa com a recomendação de que esta não deveria ser aberta, pois além de conter todas as desgraças e pecados mundanos, a caixa tinha uma única benevolência: a esperança. Não resistindo à curiosidade, Pandora abre a caixa, libertando todos os males para o mundo. Posteriormente, arrependida, torna a fechá-la, mantendo presa na caixa justamente a esperança.

Para relacionar a charge da Figura 9 com o mito, o professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), André Francisco Pilon, afirma que “a “caixa de Pandora” é uma metáfora usada para caracterizar ações que, menosprezando o princípio de precaução, desencadeiam consequências malélicas, terríveis e irreversíveis”

(PILON, 2021, online). Pelas palavras do professor, é possível ver na figura do homem abrindo o baú da desinformação a própria Pandora, que liberta para o mundo todos os pecados possíveis.

Zeus deu a Pandora, como presente de casamento, uma caixa (na Grécia antiga, um jarro), mas avisou-a para nunca a abrir, pois seria melhor deixá-la intocada. A vontade de abri-la superou qualquer precaução: coisas horríveis voaram para fora, incluindo ganância, inveja, ódio, dor, doença, fome, pobreza, guerra e morte. Hoje em dia, a caixa de Pandora continua sendo aberta, não por pessoas desavisadas, mas por personagens que prestam serviços em nome da ciência, da política e da economia. (PILON, 2021, online).

Um estudo de Antonio Vinicius Pereira das Chagas (2020, p. 22) também remete ao mito da caixa de Pandora para exemplificar essa ideia. Para o autor, o mundo contemporâneo, mais especificamente no século XXI, parece ter aberto a “Caixa de Pandora das ideias fascistas”, que se espalham com facilidade e ganham cada dia mais adeptos. Por coincidência ou não, no Brasil os pecados do século XXI que “saíram da caixa” encontraram terreno fértil para se estabelecerem diante de uma figura como a do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, por ironia ou não, é reconhecido por seus simpatizantes e apoiadores como “mito”.

No entanto, o que muitos apoiadores do ex-presidente do Brasil podem não ter conhecimento é de que, no dicionário, o mito é relacionado com a mentira, com uma simplificação do mundo com o objetivo de iludir a sociedade, mas também como uma forma de alegoria do real e de explicação de origens. Os autores Carla Nigro, Laís Santana e Fábio Goveia, no estudo intitulado “Bolsonaro: os memes e a propagação do mito”, fornecem uma síntese de como foi construída essa mitologia na imagem do ex-presidente:

Observando os memes mais compartilhadas destacamos que há diversas associações míticas. Honesto, aventureiro, responsável, sério, protetor, famoso, honrado, nacionalista, salvador. Todos esses adjetivos são absorvidos na imagem projetada de Bolsonaro. Assim, mais do que um homem, Bolsonaro se torna um mito. (NIGRO; SANTANA; GOVEIA. 2018, p. 14).

3.4 Fake news e pandemia da Covid-19: dois “vírus”

Segundo os dados do IPEA, “no período de 25 de maio a 7 de junho, houve um relaxamento das medidas de distanciamento nos estados do Ceará, de São Paulo, do Pará e de Tocantins, assim como no município do Rio de Janeiro” (MORAES, 2022). O autor observa ainda que “tal relaxamento não ocorreu, contudo, em razão da queda no número de óbitos (os quais não diminuíram), indicando a dificuldade de se manter medidas legais rigorosas por um período de tempo longo”, principalmente quando os representantes dos poderes públicos não estão em sintonia e as falas dos agentes políticos promovem um falso debate sobre a gravidade da pandemia.

A Figura 10, de Laerte Coutinho, publicada em 14 de março de 2021, reproduz o negacionismo do Governo Federal, relacionado a uma das medidas sanitárias mais urgentes da pandemia, a adoção de normas de isolamento social.

FIGURA 10



Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 14/03/2021

De acordo com o estudo de Flávia Costa Bueno, Ester Paiva Souto e Gustavo Corrêa Matta (2021, p. 30), as mensagens e atitudes de muitos governos durante a pandemia “reforçaram a dicotomia saúde-economia”. Líderes políticos e pessoas do setor empresarial de diversos países assinaram um manifesto no qual diziam ser contrários às medidas de isolamento social, o que esses líderes interpretavam como um sacrifício de direitos e de liberdade.

Nessa linha, muitos optaram por seguir a tese da imunidade de rebanho para manter a lógica econômica neoliberal, contra as recomendações da OMS e de especialistas da área. Em vários países onde os governos demoraram a tomar medidas que mitigassem os efeitos da crise, a situação se tornou dramática e ao mesmo tempo exemplar: Itália, Reino Unido, Brasil e EUA produziram consequências sanitárias e humanitárias, principalmente entre populações vulnerabilizadas. (BUENO; SOUTO; MATTA. 2021, p. 30).

Já nas figuras 11 e 12, que vêm a seguir, é possível analisar os efeitos dessa desinformação e um cenário negacionista muito evidente, resultado da propagação de *fake news*, uma vez que nos momentos mais dramáticos da pandemia, dizia-se que o vírus estava sob controle e que a situação não era alarmante.

A Figura 11, de Laerte Coutinho, publicada na *Folha de S. Paulo* em 14 de maio de 2020, representa a política negacionista do governo Bolsonaro.

FIGURA 10



Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 14/04/2020

Em “Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica”, Ana Paula Massadar Morel explica que:

As expressões do negacionismo da pandemia da Covid-19 recorrentes no Brasil estão relacionadas ao crescimento da extrema-direita e produzem o aumento da necropolítica. Percebemos uma crise de interpretação que aponta a ‘ignorância’ como causa única da popularização do negacionismo. Buscaremos problematizar tal fenômeno, indo além dessa interpretação comum. Ancorado em uma ausência de mundo compartilhado, o negacionismo cresce com o déficit de prática comum. (MOREL, 2022, p. 01)

Para a autora, “é preciso, entretanto, diferenciar as posições envolvidas: há aqueles que negam visando ao lucro, baseado em um desejo de morte e extermínio, e os que entram em negação por conta de uma realidade tão dura de que são vítimas” (MOREL, 2022, p. 01). Para a intermediação de um debate sobre a superação da desinformação, ela entende que são necessárias ações educativas que tenham como referência a educação popular em saúde e que essas estratégias educativas são importantes para se enfrentar o fenômeno das *fake news*, mobilizando noções de diálogo e conflito social. Ela descreve que a partir dessas ações os movimentos da periferia encontraram formas de enfrentar a pandemia e sobreviver aos seus efeitos:

Essas ações permitem não ‘desconstruir’ os cuidados em saúde, mas ‘acrescentam realidade’ a eles, trazendo a importância de se considerarem as condições de vida das classes populares. Por fim, compreendendo o vínculo indissociável entre educação popular e movimentos sociais, apresentamos como movimentos de favela têm enfrentado o negacionismo em defesa da vida (MOREL, 2022, p. 01).

É possível a interpretação de que o próprio ex-presidente do Brasil seria o vírus, a verdadeira ameaça não só para os brasileiros mas também para o mundo, considerando que o Brasil possui uma população com mais de 200 milhões de habitantes e é um dos países com maior fluxo de pessoas do globo.

FIGURA 12



Ilustração: Marília Marz. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 01/04/2020.

A Figura 12, de autoria de Marília Marz, publicada em primeiro de maio de 2020, ilustra o então presidente empurrando o vírus para debaixo do tapete. Essa charge representa a negação dos fatos, enquanto as notícias falsas afirmavam que o colapso funerário de Manaus (AM) não havia ocorrido, que a cloroquina era o remédio indicado, que tomar vacina era uma decisão pessoal e que ninguém seria obrigado a comparecer aos postos de saúde.

Morel, entende que as declarações do presidente da República minimizam a gravidade da Covid-19 (MOREL, 2022). Sobre a onda de negacionismo a autora escreve que:

(...) as recorrentes expressões do negacionismo da pandemia no Brasil hoje se articulam com outros movimentos negacionistas que vêm ganhando força nos últimos anos. Há o negacionismo científico, que tem como principais expoentes atualmente o movimento antivacina e o terraplanismo. Há o negacionismo climático, ancorado na negação do colapso ecológico em curso. Observamos também um crescente negacionismo histórico, baseado na negação de acontecimentos históricos amplamente conhecidos, como a ditadura militar no Brasil e o holocausto. Poderíamos acrescentar ainda outro negacionismo bastante presente na realidade brasileira, até mesmo constituinte do projeto de Estado-Nação no Brasil: o negacionismo do racismo, ancorado no mito da democracia racial. Os negacionismos são diversos e heterogêneos, formando um fenômeno complexo. Ainda assim, eles se articulam. (MOREL, 2022, p. 02).

Por sua vez, segundo Morel, “o negacionismo da pandemia, por sua vez, está articulado ao negacionismo científico: quem nega a gravidade da Covid-19 parte, muitas vezes, da negação dos discursos científicos”. Ela explica que para entender “esse fenômeno do negacionismo da pandemia no Brasil, é importante situá-lo também dentro de um movimento mais amplo” e de “questionamento permanente das interpretações históricas – da negação de fatos estabelecidos, partindo de métodos escusos como a falsificação, o ataque, o descrédito do testemunho de sobreviventes etc” (MOREL, 2022, p. 02 e 03), esse foi o caso do holocausto na Alemanha e da Ditadura no Brasil. Segundo Morel, o negacionismo não pode jamais ser chamado de ‘revisão histórica’, como “reivindicavam aqueles empenhados em negar crimes hediondos contra minorias, pois não se tratava de revisar e debater em razão de controvérsias, mas sim produzir confusão intencional e silenciamento das vítimas.

Em suas reflexões, Morel destaca ainda que “uma parte considerável dos negacionistas surgiu financiada por grandes corporações”. Indústrias como as do tabaco e do petróleo teriam formado os primeiros ‘negacionistas profissionais’ que receberam financiamento das indústrias de combustíveis fósseis e fábricas de cigarro. A partir de então, com o advento da internet e do telefone celular, os negacionistas passaram a financiar eleições, como bem ilustram os casos do Brasil de Jair Bolsonaro e dos EUA, de Donald Trump:

Tais ações foram deliberadamente orquestradas com o objetivo de garantir seus lucros. E os altos financiamentos marcam o desenvolvimento dos negacionismos até os dias de hoje, como vemos na custosa máquina de *fake news* que foi fundamental nas últimas eleições presidenciais e tem tido um papel relevante para a difusão de teorias negacionistas no Brasil e nos Estados Unidos (MOREL, 2022, p. 03).

Um ponto bastante importante a ser mencionado pela autora, é que ao negar a gravidade da pandemia, a extrema-direita minimiza a importância crucial das políticas públicas nesse momento, eximindo o Estado de investir na saúde pública”. Para Morel, “o negacionismo passa a ter uma expressão nunca antes vista na história, ganhando mais força inclusive no âmbito das próprias políticas públicas”. Para completar a tragédia, ela observa que “a consequência mais perversa dessa equação é a intensificação de uma política de morte voltada para grupos mais vulnerabilizados” (MOREL, 2022). Para ela, as *fake news* fazem parte de um amplo projeto que envolve grupos interessados nessas

narrativas e que são beneficiados economicamente e politicamente pela disseminação de notícias falsas sobre a pandemia:

Como já mencionamos, há pessoas e grupos financiados para disseminar narrativas negacionistas, que aqui chamaremos de 'negacionistas profissionais'. Estes sabem que estão mentindo e seguem intencionalmente produzindo confusão, disseminando fatos falsos para tentar substituir aquilo que estão negando. Os 'negacionistas profissionais' e aqueles que os financiam são em grande parte responsáveis pela política de morte em curso hoje (MOREL, 2022, p. 05).

Percebe-se desse modo, que precisamos debater sobre as concepções educativas em jogo nesse processo de negacionismo, buscando fortalecer a educação popular em saúde pública, reconhecendo seus novos desafios e suas contribuições para a superação de convicções falsas. Essa perspectiva, segundo Morel, “nos permite também aprender com os movimentos sociais que produzem ações e reflexões coletivas tão importantes”. Avalia a autora, que “quando o negacionismo acentua a ausência de um mundo compartilhado, o diálogo é fundamental” e que “é preciso também enfrentar os antagonicos, perpetradores da necropolítica capitalista, empenhados em negar a vida das classes populares e do planeta” (MOREL, 2022, p. 07).

Para concluir seu raciocínio sobre o enfrentamento dessa política de desinformação, a autora insiste na necessidade de ações educativas, através das quais “os conhecimentos científicos em relação à pandemia sejam incorporados às realidades cotidianas”, é necessário ainda que a população não apenas tenha ‘acesso à informação, mas esteja engajada em uma vida coletiva que sustente esses conhecimentos”(MOREL, 2022, p.09). Para finalizar, a autora enfatiza que é preciso também que “a ciência seja afetada pelos conhecimentos populares, considerando as realidades das classes populares, para não reproduzir apenas medidas higienistas”, mas dar a conhecer sua importância e consequência para o enfrentamento de momentos emergenciais como as da pandemia de Covid-19.

FIGURA 13



Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 19/05/2020.

Na charge da Figura 13, última que compõem o *corpus* deste estudo, de autoria de Laerte Coutinho, publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 19 de maio de 2020, durante o período pandêmico com maior número de mortes diárias registradas no Brasil (Gráfico 1), é uma das ilustrações mais precisas para se compreender o negacionismo promovido pelo governo federal com relação ao enfrentamento da pandemia, ao prescrever o uso da cloroquina, um remédio ineficaz contra a Covid-19, em lugar da vacinação.

Na ilustração, aparece a figura do presidente de costas para a realidade do país, nomeando um ministro da saúde que concordava com o negacionismo científico e propagava o uso da cloroquina, no caso, o militar Eduardo Pazuello, chamado de ministro genérico, sem competências na áreas, e que coordenou a saúde pública no momento mais trágico da sua história, em que, por exemplo, as pessoas morriam por falta de ar e respiradores em Manaus. Fato é, claro como na charge, de que durante toda a pandemia o presidente do país e grande parte de seus apoiadores negaram a eficácia da vacina e indicaram medicamentos sem eficácia comprovada pela ciência.

Retomando Penaforte (2022), em “O negacionismo enquanto política: o debate da cloroquina em uma comissão parlamentar” (2022), tem por objetivo “esclarecer os movimentos e desdobramentos sobre a política da cloroquina, a fim de identificar o contexto da ação pública contra a COVID-19”. Segundo ela:

Os artefatos etnográficos utilizados para essa análise incluíram as videoconferências das reuniões e audiências públicas e as notas taquigráficas disponíveis publicamente no *site* da Câmara dos Deputados. Como resultado, observou-se que o debate da cloroquina foi forjado entre as evidências científicas utilizadas a partir de uma perspectiva negacionista, que privilegiou a busca pela incerteza como forma de produzir dissenso e assim sustentar convicções pessoais e ideologias. (PENAFORTE, 2022, p.02).

Do ponto de vista da autora, após a análise das fontes parlamentares, a postura governamental foi favorável ao negacionismo e promoveu uma intensa divulgação sobre o uso da cloroquina, um remédio comprovadamente ineficaz contra a doença. Notícias falsas teriam criado a aparência de debate e o governo teria logrado êxito por meio da distribuição de *fake news*.

Ao rejeitarem proposições empiricamente sustentadas e o próprio consenso científico, buscou-se criar uma falsa aparência de debate. O objetivo era criar o convencimento de que não há motivos suficientes para rejeitar o uso da cloroquina como terapêutica para a COVID-19. (PENAFORTE, 2022, p. 02).

. A autora demonstra que as *fake news* deturparam “o entendimento público sobre a ciência e seus procedimentos” e que a política do governo logrou êxito em “construir valores positivos à cloroquina”, a partir da metodologia defendida “*por parte dos legisladores e seus interlocutores*” (PENAFORTE, 2022, p.09).

A disseminação de achados que promovem a desinformação, a despeito de advogar contra a própria definição de evidência, que se refere àquilo que é efetivo, foi capaz de construir valores positivos à cloroquina, dada a desconfiança dirigida à competência dos pesquisadores e especialistas. Atuando em um plano operacional distinto da construção das evidências científicas, o debate da cloroquina reproduz o mesmo roteiro de outros exemplos clássicos de ceticismo, como as campanhas enganosas da indústria do tabaco e a negação da crise climática. Sustentando narrativas de uma ausência de consenso científico, esses mercadores da dúvida defendem a cloroquina não com base no seu efeito farmacológico, mas a partir da dúvida sobre o seu efeito. (PENAFORTE, 2022, p. 09).

Sobre o uso político da cloroquina, as *fake news* que contribuíram para sua disseminação e o negacionismo científico implementado a partir de dados e notícias falsas a autora conclui que:

Na articulação para fazer frente ao avanço da pandemia, diversas medidas foram dedicadas à saúde pública. No entanto, nenhuma causou tamanha controvérsia como a incorporação da cloroquina como orientação terapêutica pelo Ministério da Saúde. E considerando que a maneira pela qual políticas governamentais são aprovadas e implementadas, revelam condições de poder e função, é preciso compreender as políticas públicas como programas de ação, que representam os meios concretos pelos quais o Estado expressa sua vontade de modificar comportamentos, mediante a alteração das regras do jogo até então operante. (PENAFORTE, 2022, p. 02).

Desse modo, a charge ilustra o auge do negacionismo governamental e político com a adoção de medicamentos ineficazes para combater a Covid-19, um vírus que dizimou quase 700 mil pessoas em todo o Brasil.

Evidencia-se que as redes sociais tornaram-se um território propício para a distribuição e reprodução das *fake news*, e que nesse contexto, o papel da imprensa e do jornalismo é o de oferecer meios e leituras que possam contribuir para esclarecer dados falsos e sensacionalistas sem compromisso com a realidade, como foi o caso de informações veiculadas sobre a Covid-19.

No estudo intitulado “A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada”, de Guilherme Loureiro Werneck e Marília de Sá Carvalho, pesquisadores da Fiocruz, fazem um alerta sobre a necessidade de pensar a saúde pública e o desenvolvimento científico de modo convergente.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), criada em 1970, está vinculada ao Ministério da Saúde e seu compromisso é promover a redução das desigualdades no âmbito da saúde pública. Os pesquisadores da Instituição, avaliam que *“há tempos que a comunidade científica do campo das doenças infecciosas alerta que o advento de novas pandemias não é uma questão de “se”, mas de “quando” irá ocorrer”*. Historicamente, recordam algumas das últimas epidemias ocorridas em nível global:

O século XXI presenciou várias epidemias que puderam ser contidas em algum nível temporal ou geográfico, como as duas epidemias de coronavírus (pelo SARS-CoV e a síndrome respiratória do Oriente Médio - MERS), as epidemias de Ebola na África e a epidemia de gripe aviária (H5N1). Em conjunto elas provocaram menos mortes do que a COVID-19. (WERNECK e CARVALHO, 2022, online).

Para os autores, a epidemia de Covid-19, com um saldo de quase 700 mil óbitos no Brasil, “se apresenta potencialmente como uma das maiores tragédias sanitárias já vividas neste país”. Eles destacam que “poucos meses depois do início da epidemia na China em fins de 2019, já haviam ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes”. Segundo Werneck e Carvalho:

O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração. (WERNECK e CARVALHO, 2022, online).

Segundo os pesquisadores da Fiocruz, “a epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais”. Eles argumentam que nos últimos anos a aprovação da *Emenda Constitucional nº 95*, e a promoção do teto de gastos públicos implantados pelo governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), “houve um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil”. O negacionismo científico foi um dos aspectos relacionados à distribuição de *fake news* que propunham o boicote à vacinação e o uso de medicamentos ineficazes como a cloroquina, com apoio do governo federal. A falta de informações e estatísticas corretas também representaram um desafio para os profissionais e as instituições de saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as *fake news* tiveram um impacto bastante negativo sobre o enfrentamento da Covid-19 e que contribuíram com a necropolítica do Governo Federal e com o negacionismo científico relacionado à eficácia da vacinação com proliferação de receituário de medicamentos que não tinham o poder de combate ao coronavírus.

Entendemos que a disseminação de notícias falsas sobre o tema fez parte de um projeto levado em curso por interesses econômicos e políticos da indústria farmacêutica e do poder executivo em exercício, do qual participaram corporações, governos e os mais diversos setores da sociedade.

Observamos que o negacionismo está relacionado ao avanço da extrema-direita e que os exemplos disso são as práticas adotadas pelos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump e pelo Brasil no governo de Jair Bolsonaro, e que o resultado dessa política deliberada de desinformação foi o aumento do número de óbitos e o abandono da população mais vulnerável aos efeitos da pandemia.

A necessidade de enfrentamento ao negacionismo e as *fake news* é uma consequência das ocorrências verificadas durante a tragédia sanitária ocorrida no Brasil e são imprescindíveis ações educativas de saúde pública que possam contribuir com a formação de uma população apta a lutar pela sobrevivência em momentos graves que ofereçam risco de vida, como foi o caso da Covid-19.

É preciso também que os poderes constituídos sejam sempre cobrados em sua responsabilidade sobre as políticas públicas de saúde, e muito mais fortemente, nos períodos de pandemia. Os meios de comunicação também devem estar comprometidos com os esclarecimentos sobre as situações epidêmicas e devem atuar como canais confiáveis de transmissão dos fatos.

Finalmente, abordamos a validade das charges enquanto fontes de pesquisa com o poder de preservar a memória histórica, ilustrar as condições políticas de um período pré-estabelecido e combater a desinformação. Quanto ao enfrentamento dos negacionistas, em seus diversos aspectos, e das *fake news* que contam hoje com profissionais, gabinetes e plataformas digitais, concluímos que são muitos os desafios, e árduo o caminho a percorrer.

Assim, concluímos que este estudo contribui para a construção da memória da imprensa brasileira, num período onde mais de 700 mil pessoas perderam a vida no Brasil

e quase 15 milhões de pessoas vieram a óbito no mundo todo. Além disso, consideramos que esta pesquisa contribui também para a construção de futuros trabalhos que venham a ser desenvolvidos na área das interfaces entre literatura e a comunicação, além de cumprir a proposta da linha de pesquisa de Texto, Memória e Cultura, a qual o presente estudo faz parte.

Importante ressaltar a importância desta pesquisa não somente para as Ciências Humanas, Letras, Artes e Comunicação, mas também para outras áreas e campos de concentração como as Ciências da Saúde, considerando o contexto e o objeto de estudo aqui discutidos. Assim, esperamos que este trabalho contribua e sirva como um suporte para futuras pesquisas que venham a ser desenvolvidas nessas referidas áreas

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme; SILVEIRA, Juliana da. **Pós-verdade e Fake News**: Equívocos do político na materialidade digital. Recife: VIII SEAD, 2017. Disponível em <https://philpapers.org/rec/ADOPEF>. Acesso em dezembro de 2022.

ADORNO, Teodor. **A indústria cultural**. In: Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Hermenêutica: o que é isto, afinal?. In: AZEVEDO, Heloisa Helena Duval de; OLIVEIRA, Neiva Afonso; GHIGGI, Gomercindo (Orgs.). **Interfaces**: temas de Educação e Filosofia. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2009. p. 39-53

AMENDOLA, Gilberto. O que é o terraplanismo? **Terra**, 2020. Disponível em <https://www.terra.com.br/byte/ciencia/o-que-e-o-terraplanismo,977b20965968aa970c8f745951e76f983fslvt28.html>. Acesso em junho de 2023.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras, 1998

_____ **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2013

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976

BERTOTTI, Thalyta Gonçalves. Como lidar com a popularização do terraplanismo? Uma proposta a partir da Filosofia da Ciência de Susan Haack. **Revista Eletrônica de Filosofia**; ISSN 1809-8428, p. 196-207. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/50190/34201>. Acesso em junho de 2023

BIDARRA, Jorge e REIS, Leidiane da Silva. **Gênero charge**: construção de significados a partir de uma perspectiva interdisciplinar e dinâmica. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/3409-Texto%20do%20Artigo-14756-1-10-20130627.pdf>. Acessado em 15 de dezembro de 2022.

BITTENCOURT, H. B.; SANTOS, G. L. DOS. **Fake news e sua categoria tipológica de violência na contemporaneidade**. Diaphora, v. 8, n. 2, p. 42–48, 2019.

BONSANTO, André. **Um jornal a serviço de Si: os 100 anos da Folha de S. Paulo e suas tradições “inventadas” sobre a ditadura na democracia.** Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, p.01-15, 2021.

BRAGA, R. M. C. A Indústria das Fake News e o Discurso de Ódio. In: PEREIRA, R. V. (org.) **Direitos Políticos, Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio.** Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** 2020a. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/>. Acesso em dezembro de 2022.

BRASIL. **Coronavírus.** Ministério da Saúde. 2020b. Disponível em: <https://www.coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em dezembro de 2022

BUENO, F.T.C., SOUTO, E.P., and MATTA, G.C. Notas sobre a trajetória da Covid19 no Brasil. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 27-39. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0002>.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma opinião sobre as representações sociais. In: Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000, 9-29.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

CHAGAS, Antonio Vinicius Pereira das. **“A Caixa de Pandora do mundo contemporâneo”: a psicologia das massas e a adesão às ideias fascistas no século XXI.** Juazeiro do Norte: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, 2020. Disponível em <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1355.pdf>. Acesso em junho de 2023

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006

CRUZ JUNIOR, Gilson. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *Fake News*. ETD - **Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 278-284, jan. 2019. Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922019000100278&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em junho de 2023

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11. Acesso em junho de 2023

DIANA, Daniela. Caixa de Pandora. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/caixa-de-pandora/>. Acesso em junho de 2023

DUARTE, Evandro Santos; FARIAS, Vanderlei Gularte; OLIVEIRA, Neiva Afonso. **O método hermenêutico e a pesquisa na área das Ciências Humanas**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. – Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 2017. Disponível em <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7740>. Acesso em janeiro de 2023.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EGGENSPERGER, Klaus. Estudos Culturais e Literatura. Revista X, volume nº2, Universidade Federal do Paraná, 2010.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

Escosteguy, A. C. (2008). **Uma introdução aos Estudos Culturais**. *Revista FAMECOS*, 5(9), 87-97. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1998.9.3014>.

FERREIRA, Marina. Gêneros jornalísticos e digitais: *cartoon*, charge e meme. Colégio Geração, online. Disponível em <https://www.colegiogeracao.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Literatura-Cartum-Charge-e-Meme.pdf>. Acesso em maio de 2023

FONSECA, Diogo Guedes Duarte da. **Subversão em três quadros: padrões de intenção na obra de Laerte Coutinho**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10758/3/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Diogo%20Guedes%20Duarte%20da%20Fonseca.pdf>. Acesso em maio de 2023.

FREIRE, Paulo M.S; GOLDSCHMIDT, Ronaldo R. **Combate automático às Fake News nas mídias sociais virtuais: uma revisão do estado da arte**. Rio de Janeiro: Instituto

Militar de Engenharia (IME). 2021, disponível em <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CT/article/view/8639>. Acesso em dezembro de 2022.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GHEDIN, Evandro. **Hermenêutica e pesquisa em educação**: caminhos da investigação interpretativa. In: II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos. 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: USC, 2004. p. 1-14

GUSMÃO, Alexandre Oliveira de Meira (org), **Desafios e aplicações em Biblioteconomia** / Belo Horizonte: Virtual Books, 2022. p.77-102. Disponível em <http://eprints.rclis.org/43463/1/DESAFIOS%20E%20APLICA%C3%87%C3%95ES%20EM%20BIBLIOTECONOMIA.pdf>. Acesso em dezembro de 2022

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**, tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JOHNSON, Richard. ESCOSTEGUY, Ana Carolina. SCHULMAN, Norma. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade - organizadores: Eduardo Granja Coutinho e Márcio Souza Gonçalves. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. 278p.

LOUREIRO, Eliana Regina Lopes. **“Isso a Globo não mostra”**: análise de conteúdo associada ao termo e sua ligação com as fake news. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2018. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1721-1.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da Aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia. São Paulo, Abril Cultural, Editora Victor Civita, 1984.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINS, João Batista. Revisão sistemática de literatura: o fenômeno das fake news sob a ótica da banalidade do mal. **Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias (FINOM) - ISSN: 1809-1628.vol. 31- jul./set. 2021**. Faculdade do Noroeste de Minas

MERENCIANO, P.F.M. **Actorialização e argumentação nas charges de Jean Galvão**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150806>. Acesso em junho de 2023

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Covid-19 e medidas legais de distanciamento social** : isolamento social, gravidade da epidemia e análise do período de 25 de maio a 7 de junho de 2020. (Boletim 5). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10073>. Acessado em novembro de 2022

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso : análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2006. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em fevereiro de 2023.

MOREL, Ana Paula Massadar. **Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica**". Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/?lang=pt#>. Acessado em novembro de 2022.

MOTA, Célia Maria Ladeira; ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. **A charge na representação do cotidiano do século XIX**: análise da Semana Ilustrada. Revista Mídia e Cotidiano, nº8, março de 2016, p.103-121. Disponível em <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9769/6897>. Acesso em dezembro de 2022

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, v. no 2015, n. 15, p. 9-44, 2015Tradução . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Napolitano_M_2753158_RecordarEVencerAsDinamicasEVicissitudesDaConstrucaoDaMemoriaSobreORegime.pdf. Acesso em janeiro de 2023

NETO, Mercedes; GOMES, Tatiana de Oliveira; PORTO, Fernando Rocha; RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; FONSECA, Mary Hellem Silva; NASCIMENTO, Julia. **Fake News no cenário da pandemia da Covid-19**. Cogitare Enfermagem, nº 25: edição nº72627, 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72627>. Acesso em dezembro de 2020

NIGRO, Carla Bianca Correa; SANTANA, Laís Batista; GOVEIA, Fábio Gomes. **Bolsonaro: Os Memes e a Propagação do Mito**. Vitória: Universidade Federal do

Espírito Santo, 2018. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1949-1.pdf>. Acesso em junho de 2023.

NOGUEIRA, Natania Silva. A história política do Brasil por meio da charge (1950-1964). Universidade Salgado de Oliveira: Revista Temporis[ação], v.16, nº2. 2016,p.205-222. Disponível em <https://revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/4657/3774>. Acesso em dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Eliane de; SANTOS, Renata de Paula dos; BORGES, Rosane da Silva. **Identities e representações nos sistemas midiáticos** (in)formativos: a charge e a construção da imagem do Outro. Rumores, nº14, volume nº7. 2013, p.177-195. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69438/72466>. Acesso em dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de (org). **Como o Brasil pode deter a Covid-19**. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000200002. Acessado em janeiro de 2022.

PENAFORTE, Thais Rodrigues. **O negacionismo enquanto política**: o debate da cloroquina em uma comissão parlamentar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9BjJnwy7vBNnkVWn4w94kyx/>. Acessado em novembro de 2022.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. **Literatura, lugar de memória**. Soletas Revista nº 28. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pág. 344-355.

PEROSA, T. **O império da pós-verdade**. Disponível em: <http://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>. Acesso em dezembro de 2022

PILON, André Francisco. A caixa de Pandora, uma metáfora para os dias de hoje? **Jornal da USP**, 2021. Disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/a-caixa-de-pandora-uma-metafora-para-o-mundo-de-hoje/>. Acesso em junho de 2023.

PINELLI, Gabriel Ferraz. **A representação social de Dilma Rousseff: uma análise das charges que a retratam na Folha de S. Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Psicologia Social, PUC-SP, 2013. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17031/1/Gabriel%20Pinelli%20Ferraz.pdf>. Acesso em janeiro de 2022

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. "Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

PURZ, Michelly. WhatsApp no Brasil: números atuais e as oportunidades comerciais do app. **Messenger People**, 2023. Disponível em <https://www.messengerpeople.com/pt-br/whatsapp-no-brasil/#:~:text=Uso%20pessoal%20do%20WhatsApp,-O%20WhatsApp%20est%C3%A1&text=Depois%20da%20India%2C%20atualmente%20o,s%C3%A3o%20147%20milh%C3%B5es%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em janeiro de 2023.

RADUTZKY M. **Fake news**: o que são e como combatê-las. Disponível em: <https://blog.juriscorrespondente.com.br/fake-news-o-que-sao-e-como-combate-las/>. Acesso em 04 jul. 2021

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. **Acerca do conceito de representação**. Universidade Federal de Goiás: Revista da História Ano 3, nº6, dezembro de 2011, p.27-53. Disponível em <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974/16144>. Acesso em dezembro de 2022

SANTOS, Leonardo Rodrigues dos. **Protagonismo nos quadrinhos do Brasil: quadrinhistas negros redesenhando a história**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/2021/01/2020_01_12_leonardo_r_odrigues_artigo_protagonismo_nos_quadrinhos_do_brasil.pdf. Acesso em maio de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5745079/mod_resource/content/0/Aula%2012b_Silva_Escosteguy%20-%20O%20que%20e%2C%20afinal%2C%20Estudos%20Culturais.pdf.

SOUSA JÚNIOR; João Henrique de; RAASCH, Michele; SOARES, João Coelho; RIBEIRO, Letícia V. G. A. de Sousa. **Da desinformação ao caos**: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. Cadernos de Prospecção, Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 331-346, abr. 2020.

TAFFARELLO, Maria Cristina de Moraes. **O papel da legenda na charge jornalística**. Revista Argumento, n. 15, p. 10-24, 2007. Disponível em <https://revistas.anchieta.br/index.php/revistaargumento/article/view/639/553>. Acesso em maio de 2023.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Gênero, silenciamento e opressão**: interfaces entre imagens e Letras. Publicado em Terra Roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários, volume nº 24. 2012, disponível em http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol24/TRvol24e.pdf. Acesso em setembro de 2022.

THE ECONOMIST. **Art of the lie.** Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>. Acesso em dezembro de 2022

THEODORO, Hadriel Geovani da Silva. Visibilidades midiáticas da transgeneridade: reflexões sobre as interfaces entre comunicação, consumo e cidadania com base em um estudo de caso das vivências de Laerte Coutinho. *Revista Temática*: Ano XII, n. 11, p. 214-228, 2016. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em maio de 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

VIEIRA, Itala Maduell. A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak. **XI Encontro Regional Sudeste de História Oral**. Universidade Federal Fluminense, 2015.

WERNECK, Giovanna Carrozzino. Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos. *Revista Especialidades*, 2018, v.13, n. 1, p. 64-87. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17595/12680>. Acesso em maio de 2023

WERNECK, Guilherme Loureiro e CARVALHO, Marília de Sá. **A pandemia de Covid-19 no Brasil**: crônica de uma crise sanitária anunciada. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-chronica-de-uma-crise-sanitaria-anunciada> mortes no mundo por COVID-19. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: ALVES, Pablo Abreu (2018, online). Disponível em <http://www.petquimica.ufc.br/laerte-vida-e-arte/>. Acesso em junho de 2023

FIGURA 2 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: Folha de S. Paulo, 23/06/2015.

FIGURA 3 - Ilustração: Marília Marz. Fonte: RAMOS, Ricardo (2020, online). Disponível em <https://www.torredevigilancia.com/indivisivel-de-marilia-marz-e-o-mais-novo-lancamento-digital-da-conrad-editora/>. Acesso em junho de 2023

FIGURA 4 - Ilustração: Marília Marz. Fonte: Facebook (Marília Marz), 08/03/2023. Disponível em <https://www.facebook.com/photo/?fbid=536140685310430&set=a.307065394884628>. Acesso em junho de 2023

FIGURA 5 - Ilustração: Jean Galvão. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 16/10/2021

FIGURA 6 - Ilustração: Jean Galvão. Fonte: Folha de S. Paulo, 15/12/2019

FIGURA 7 - Ilustração: Jean Galvão. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 10/01/2021.

FIGURA 8 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 26/11/2019.

FIGURA 9 - Ilustração: Marília Marz. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 30/10/2021.

FIGURA 10 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 14/03/2021

FIGURA 11 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 14/04/2020

FIGURA 12 - Ilustração: Marília Marz. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 01/04/2020.

FIGURA 13 - Ilustração: Laerte Coutinho. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 19/05/2020

GRÁFICO 1 - Fonte: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Bol Epidemiol. 2020. Número de óbitos por COVID-19 no Brasil, de 17 de março a 6 de abril de 2020